



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Capivari

Julho/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	14
Fase de Conhecimento	29
Fase de Cumprimento de Sentença	35
Metas CNJ	46
Arrecadação	48
Deliberações Finais	49



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 5 de Julho de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 11/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 24/6/2024, página 1.760.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luísa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Capivari

PJeCOR	
0000658-26.2021.2.00.0515	5 de Julho de 2024
	Juíza Titular Renata dos Reis D'Ávilla Calil Juíza Substituta em auxílio fixo Lays Cristina de Cunto

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Capivari: da esquerda para a direita: Silmara Andrea Bortoli; Márcio Macluf Grisotto; Aline Maria Toledo (estagiária); Camila Franco dos Santos (estagiária); Elis Amaral Neves (estagiária); Bruno César Vioto; Bruno Sampaio dos Santos; Renata dos Reis D'Ávilla Calil (juíza titular); Vinicius Augusto de Almeida Mantovani; Lays Cristina de Cunto (juíza auxiliar); Augusta Pereira Queiroz (colaboradora); Márcio Antônio Ferracioli; Maria Aparecida Sbravatti Françoso Sotto; Ronise Fincato de Oliveira Tavares (assistente de juiz); Vitorio Sálvio Dal Fabbro e Lucimara Quibao Daroz. Não constam da foto: Everi Mondini Calil Garcia (assistente de juiz); Filipe Oliveira D'El Rei (oficial de Justiça) e Marcos José Pereira (oficial de Justiça).

Lotação atual da Unidade:	9 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	12 servidores
 “DELTA” da Vara:	- 3
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
 “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO



Vara do Trabalho de Capivari

- A servidora Ronise Fincato de Oliveira Tavares é assistente da Juíza Titular Renata dos Reis D'Ávilla Calil, e atua em teletrabalho (PROAD 5855/2023). A servidora Everi Mondini Calil Garcia é assistente da Juíza Substituta em auxílio fixo Lays Cristina de Cunto, e atua em teletrabalho (PROAD 17743/2018).
- Além dos assistentes, há dois servidores atuando em regime de teletrabalho: Márcio Antônio Ferracioli (PROAD 27678/2022) e Vinícius Augusto de Almeida Mantovani (PROAD 25191/2023). Além disso, o servidor Bruno César Vioto (PROAD 774/2024) e as servidoras Maria Aparecida Sbravatti Françoso Sotto (PROAD 1950/2024) e Silmara Andrea Bortoli (PROAD 32852/2023) atuam em condição especial de trabalho (regime de teletrabalho, sem acréscimo da produtividade).
- Os oficiais de justiça Marcos José Pereira e Filipe Oliveira D'el Rei atuam na Unidade.



O oficial de justiça Marcos José Pereira entrou em exercício na Unidade em 26/3/2024.

- Há três estagiárias na Unidade: Aline Maria Toledo, Camila Franco dos Santos e Elis Amaral Neves, todas do Centro de Integração Empresa Escola.



Vara do Trabalho de Capivari



Jurisdição: Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Monte Mor, Rafard e Rio das Pedras

Lei de criação nº: 7.471/86

Data de instalação: 20/2/1987

Informações da localidade:

Localizado no interior do estado de São Paulo, Capivari é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 50.068 pessoas.



Fonte: <https://capivari.sp.gov.br/portal/>, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Capivari.

Faixa de Movimentação Processual [1501 a 2000 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de abril, foram distribuídos 727 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 19 a 27/6/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 8/2022 a 5/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 7/2023 a 4/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

✓	O número de processos com adesão ao “Juízo 100% Digital” compatibiliza com o número de audiências telepresenciais realizadas.
✓	Menor número de audiências canceladas em comparação com os últimos três anos.
⚠	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
⚠	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do lapso temporal dos prazos para realização de audiências unas e de instrução.
⚠	Necessidade de designação de audiência nos processos com o <i>chip</i> “Audiência - não designada”, ainda que aguardem informações para o prosseguimento do feito.
✓	Utilização de <i>link</i> único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
⚠	Sugere-se avaliar a viabilidade de encaminhamento de um maior número de processos com potencial conciliatório para o CEJUSC, da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.



Vara do Trabalho de Capivari

	Aumento na solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior.
	Necessidade de gerir o acervo de processos pendentes de solução, com foco na elevação de processos solucionados, diante da elevação de processos recebidos.
	Necessidade de gerir a resolução de incidentes na fase de cumprimento de sentença, na medida de suas oposições e visando à redução de pendências.
	Redução na quantidade de processos aguardando a realização da 1ª audiência, assim como dos pendentes de finalização da fase de conhecimento.
	Necessidade de gerir a quantidade de processos aguardando o encerramento da instrução, com avaliação de redimensionamento da pauta, e com foco nos processos mais antigos deste acervo.
	Eliminação dos processos vencidos aguardando prolação de sentença.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, todavia superior a 200 dias.
	Necessidade de regularizar os dados cadastrais das partes no sistema PJe.
	Necessidade de gerir os processos nas tarefas, com utilização adequada da ferramenta GIGS.
	Eliminação de arquivamentos provisórios de processos da fase de cumprimento de sentença - etapas de liquidação e de execução forçada.
	Necessidade de conduzir a gestão da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, de forma a conter a elevação da idade média, direcionando o encerramento, também, para aqueles com maiores tempos de tramitação.



Vara do Trabalho de Capivari

	Necessidade de condução da gestão para elevar a quantidade de processos baixados e reduzir a quantidade de processos pendentes de baixa na etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Utilização da ferramenta eletrônica de bloqueio de valores, com observância da imprescindível celeridade.
	Observa-se certificação quanto à quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado.
	Necessidade de revisão de procedimentos quanto ao cumprimento de notificações pelos oficiais de justiça por email, os quais devem ficar a cargo da Secretaria da Vara.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do quantitativo de mandados pendentes de cumprimento com o prazo excedido.
	Necessidade da correta utilização do Sistema GPrec.
	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos processos com comprovantes de pagamentos juntados.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando o cumprimento da Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a taxa de congestionamento líquida em relação a 2021.
	A Meta 2 do CNJ foi cumprida.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade teve uma variação que foi influenciada pela queda do índice de todos os mesoindicadores, exceto na Celeridade.

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

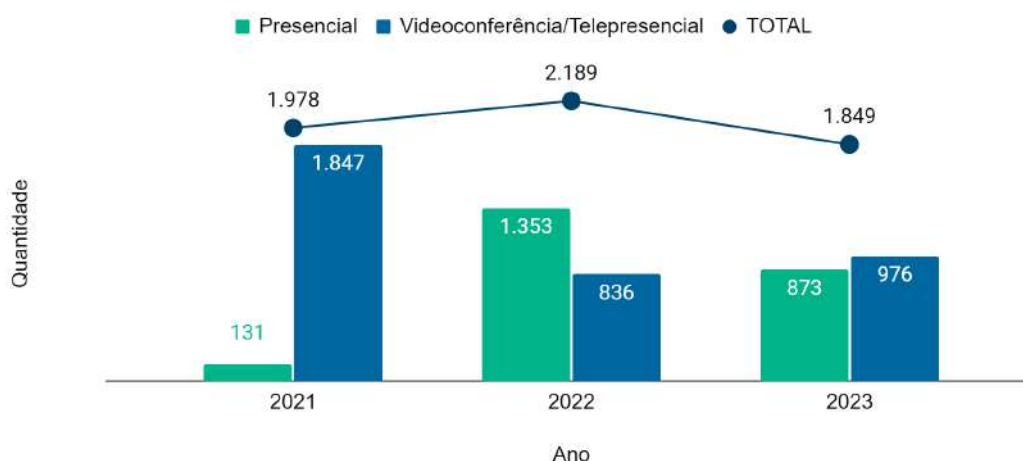


3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau"



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



As audiências, em regra, são presenciais. Contudo, muitas delas são designadas na modalidade telepresencial, em razão de pedido e concordância das partes, podendo ocorrer também na espécie híbrida, quando justificado o pedido de uma das partes.

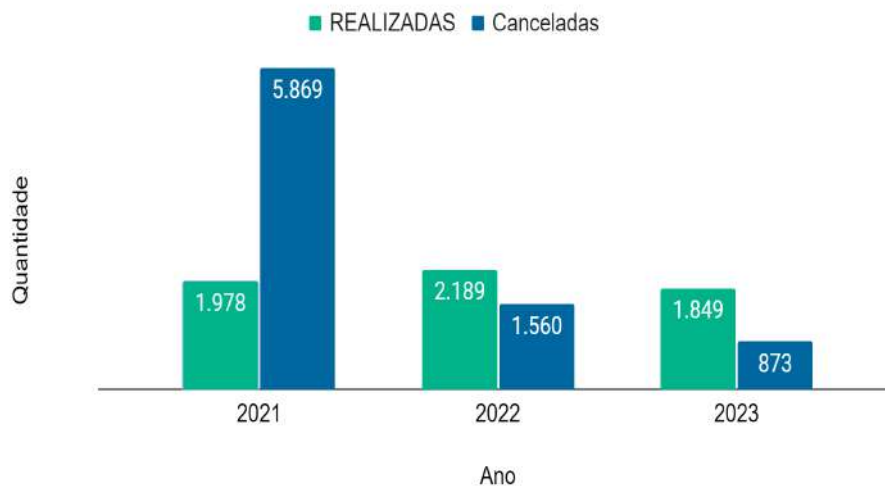


Atualmente, estão em andamento 1.034 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 703 estão na fase de conhecimento.



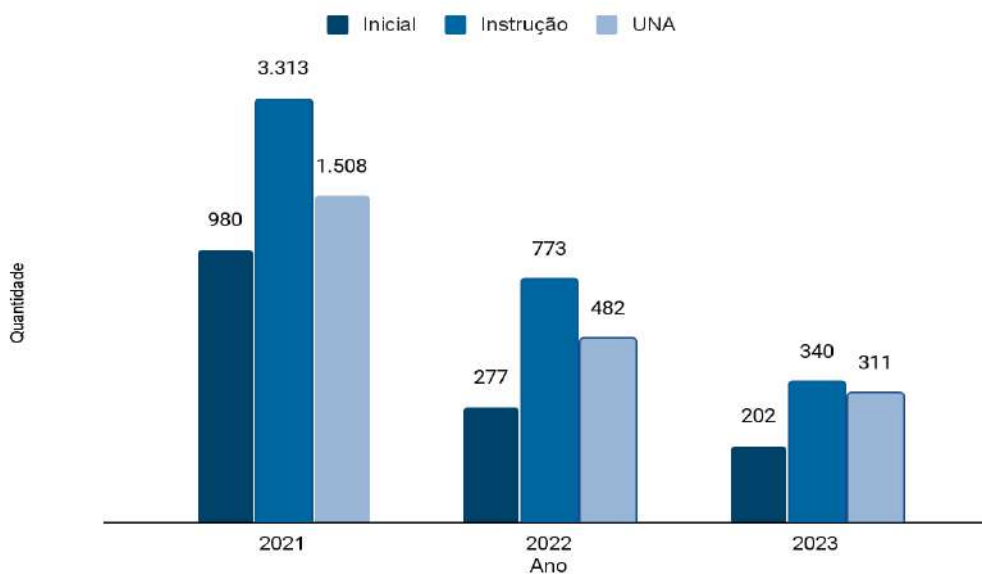
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.





O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Expressiva redução da quantidade de audiências canceladas ao longo dos últimos anos, com consequente diminuição do retrabalho para a Secretaria.



Houve cancelamento das audiências em virtude da necessidade de adequação da pauta, por motivo de enfermidade das magistradas ou a pedido das partes, assim como em razão de acordos homologados antes das audiências designadas.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 12/8/2024
- Iniciais do rito ordinário: 12/8/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 17/7/2024
- Unas do rito ordinário: 1/8/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 5/8/2024
- Instruções do rito ordinário: 5/8/2024

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 18/6/2024 por amostragem, referente à semana de 22 a 26/7/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	2	-	6	8
UNA (Ord/Sum)	33	16	5	3	57
INS (Ord/Sum)	-	4	7	6	17
Conciliação (CON)	-	-	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	55		27		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	-	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	✓	-	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Em cumprimento à Ata de correção anterior, foi informado na autoinspeção o incremento na pauta de audiências, com um número maior de audiências, especialmente de instruções do rito sumaríssimo.

Às quintas-feiras eram pautadas audiências iniciais telepresenciais, em regra, com inclusão de UNAS e Instruções conforme necessidade, intercalando uma quinta-feira para cada magistrada. Atualmente, houve ampliação da pauta, sendo que as duas magistradas realizam audiências todas às quintas-feiras.



A respeito da diferença no quantitativo da pauta de audiências, foi informado que adotam o sistema de pauta inteligente, aglutinando processos semelhantes e com partes iguais. No dia 24/7/2024, na Sala 1 - Principal, serão realizadas 40 audiências UNAS pela Juíza Titular em relação a uma mesma reclamada principal, que se encontra em local incerto e não sabido e foi citada por edital. As audiências foram agendadas apenas para instruir a eventual responsabilidade subsidiária das outras reclamadas.



Vara do Trabalho de Capivari



Na Sala 1 - Principal estão designadas 55 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 27.

3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 18/6/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	42	42	30/7/2024
INICIAIS/Ord	47	42	30/7/2024
UNAS/Sum	67	93	19/9/2024
UNAS/Ord	67	62	19/8/2024
INSTRUÇÕES/Sum	217	181	16/12/2024
INSTRUÇÕES/Ord	223	261	6/3/2025
CONCILIAÇÃO	8	8	26/6/2024



Vara do Trabalho de Capivari

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 2 - AUXILIAR		
INICIAIS/Sum	77	42	30/7/2024
INICIAIS/Ord	28	42	30/7/2024
UNAS/Sum	81	55	12/8/2024
UNAS/Ord	88	90	16/9/2024
INSTRUÇÕES/Sum	224	261	6/3/2025
INSTRUÇÕES/Ord	231	261	6/3/2025
CONCILIAÇÃO	8	27	15/7/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



Atualmente, a pauta de mediação na Vara está prejudicada em função do déficit de servidores (a mediadora se tornou assistente de Juiz).



No processo 0010946-32.2024.5.15.0039, do rito sumaríssimo, foi designada audiência como se do rito ordinário fosse, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.



Atenuada priorização do rito sumaríssimo na designação de audiências unas (Sala 1 - Principal) e de instruções (Sala 2 - auxiliar).



3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor (pesquisa realizada em 18/6/2024)

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	124,8
Exceto Rito Sumaríssimo	174,4

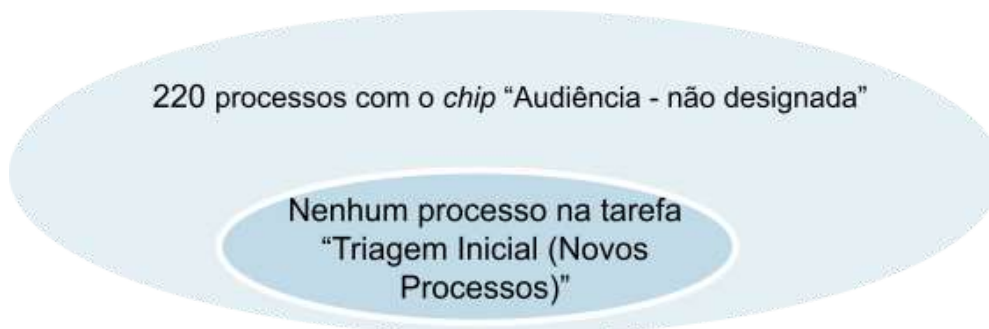
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 18/6/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência.





Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências, mesmo nos casos em que há necessidade de designação de perícia técnica ou médica. A inclusão destes feitos em pauta de audiências de instrução ocorre apenas quando necessária a produção de prova oral.

Também foi informado que o percentual estimado de processos com ente público corresponde a aproximadamente 5,36% na fase de conhecimento, 2,43% na etapa de liquidação e 34,25% na etapa de execução, totalizando 15,14%.



Dentre os processos com o *chip* "Audiência não designada", há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes, como 0010662-24.2024.5.15.0039 e 0010944-62.2024.5.15.0039.

Há, também, diversos processos sobrestados, na tarefa "Aguardando final do sobrestamento", em virtude de acordo não homologado, para os quais o *chip* "Audiência - não designada" permanece, sem responsabilidade da Unidade e só será excluído com movimentos decisivos - homologação de acordo ou sentença, como é o caso dos processos 0010239-64.2024.5.15.0039 e 0010738-82.2023.5.15.0039.



Notam-se alguns processos pendentes de inclusão em pauta, tal como 0010178-09.2024.5.15.0039, que aguarda o fornecimento de endereço pela parte autora para o prosseguimento do feito.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa "Triagem Inicial" na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado

	Clique aqui para a agenda da Juíza Titular Clique aqui para a agenda da Juíza Substituta em auxílio fixo
---	--

	A Juíza Titular informou trabalho presencial em 3 dias da semana durante o ano de 2024 e da mesma forma procedeu a Juíza Substituta em auxílio fixo.
---	---

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010802-58.2024.5.15.0039 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Capivari

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Utilizam o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.

Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.





Consulta por amostragem na pauta do dia 13/6/2024, nos processos 0010761-91.2024.5.15.0039 e 0010641-48.2024.5.15.0039, cujas audiências foram designadas em 25 e 23/4/2024, respectivamente, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: Sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Piracicaba



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).





Constata-se o envio de processos ao longo do período correicional para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC, com menor ênfase na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.



No aspecto, a Unidade informou que o envio de processos ao CEJUSC observa o potencial conciliatório, selecionando executadas que possuem capacidade de pagamento ou com bens penhorados na execução. Além disso, dão ênfase nos processos na etapa de liquidação, visando a pacificação da conta de liquidação pela transação ou pela convergência em relação aos cálculos apresentados.

Apontou, também, que em razão do déficit de servidores, a Unidade está impossibilitada de designar servidor para atuar pelo CEJUSC, e ajustou uma pauta de comum acordo que não prejudica aquele órgão.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.



3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

42% → 54%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



O aumento proporcional da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na elevação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	8/2022 a 5/2023	7/2023 a 4/2024
Acordos Realizados	671	705
Média Mensal de Conciliação	67,1	70,5



Pequena ampliação da média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspensão o processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo;
 - movimento “11013 - Suspensão o processo por convenção das partes”.



3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

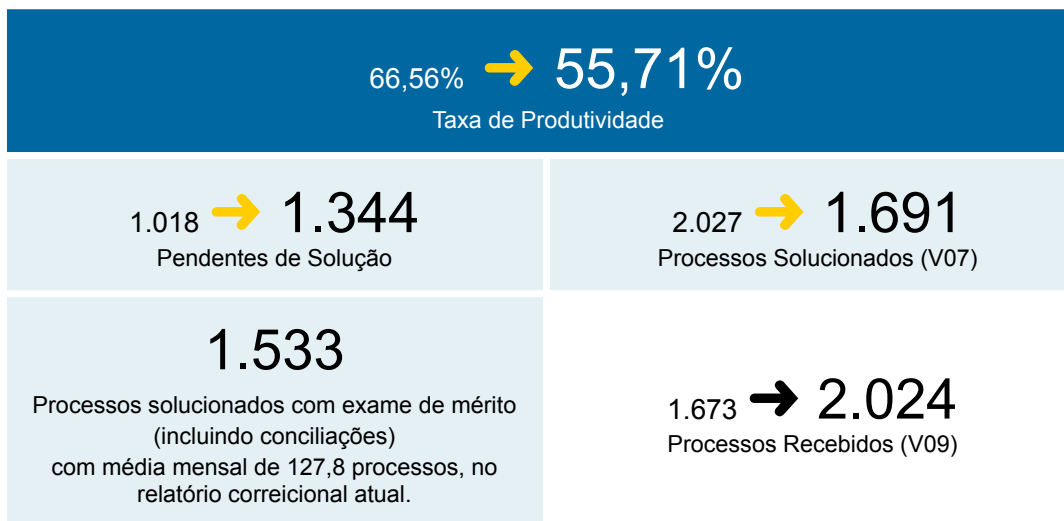
Período Correicional	8/2022 a 5/2023	7/2023 a 4/2024
Acordos Realizados	45	68
Média Mensal de Conciliação	4,5	6,8



Pequena ampliação da média mensal de acordos homologados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: Relatório correicional, itens 4.1, 10.1 e 13 e IGEST - TST



	Foram solucionados menos processos do que os recebidos no mesmo período.
	Expressiva elevação de 1.673 para 2.024 processos recebidos.
	A redução da taxa de produtividade é consequência da diminuição dos processos solucionados combinada com a elevação da quantidade de processos recebidos e resultando na elevação dos pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.055 do e-Gestão

	Não foram proferidas sentenças líquidas no último período correicional.
---	---



A Unidade confirmou que não profere sentenças líquidas, em razão das magistradas priorizarem a prolação de sentenças em quantidade, em detrimento das sentenças líquidas, evitando o atraso no grande fluxo de julgamentos, pela ênfase concentrada na pauta de audiências, justamente para abreviar o tempo de espera desde o ajuizamento da ação até o julgamento.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.



3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	137	130	80

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



Quantidade elevada de incidentes pendentes de resolução na fase de cumprimento de sentença.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e e-Gestão

2.980 → 2.761 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
619 → 536 Processos Aguardando a 1ª Audiência	265 → 715 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
91 → 69 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	151 → 152 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
147 → 112 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	245 → 184 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
2 → 15 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (V90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior, assim como dos processos que aguardam a realização da primeira audiência.



Redução da idade média, bem como do prazo médio desde a distribuição até a realização da 1ª audiência comparados ao período correicional anterior.



Vara do Trabalho de Capivari



Elevação significativa dos processos que aguardam o encerramento da instrução, com estagnação da idade média deste acervo e redução do prazo médio.



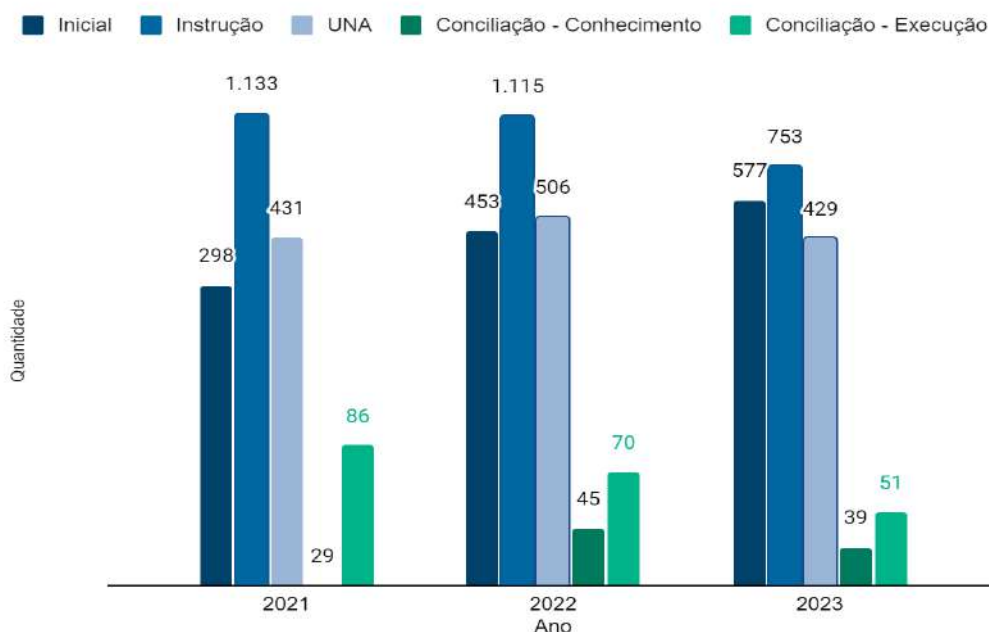
Quantidade elevada de processos conclusos para julgamento, com prazo vencido até abril de 2024. No entanto, em maio/2024, o acervo de processos conclusos com atraso foi eliminado.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.





Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.



Realização de número menor de audiências unas e de instrução em comparação ao ano 2022, com 2023.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

296,5 → 214,1



Diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, contudo acima de 200 dias.

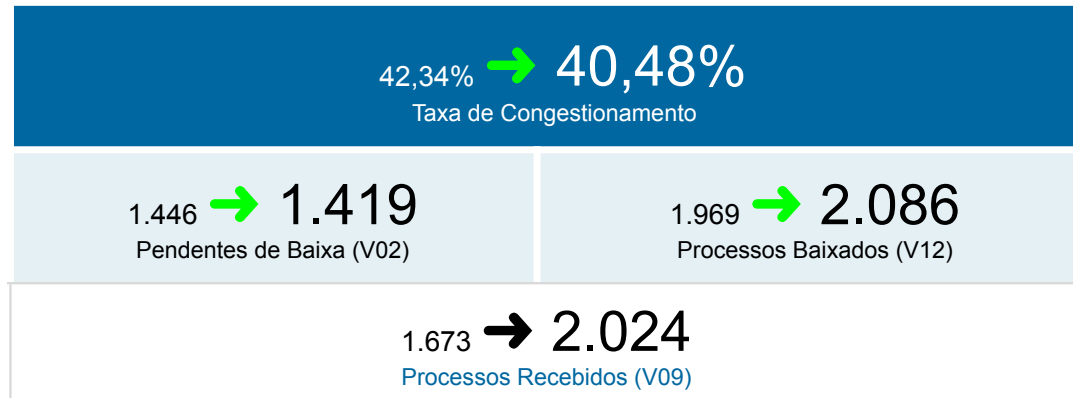
VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.



4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Nota-se o aumento dos processos baixados em relação aos recebidos no mesmo período, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença. Consequentemente, observa-se redução do congestionamento da fase.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.



4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.

✓	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário dos processos 0010115-52.2022.5.15.0039 e 0010372-43.2023.5.15.0039.
✓	A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010755-84.2024.5.15.0039.
✓	No processo 0010326-20.2024.5.15.0039, houve a indicação exata do local onde será realizada a perícia técnica.
⚠	Constata-se a ausência do CNPJ da reclamada no cadastro do sistema PJe no processo 0011287-92.2023.5.15.0039, apesar de tal informação constar na petição inicial.
⚠	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório nos processos 0011115-53.2023.5.15.0039 e 0010427-91.2023.5.15.0039, os quais aguardam razões finais desde 13/6/2024 e 17/6/2024, respectivamente.
✓	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS "CON - Meta 2 - prioridade" no processo 0011491-20.2015.5.15.0039.



Com relação à ausência da informação do local da perícia no processo supramencionado, a Unidade justificou que, durante a audiência, o local da perícia é confirmado oralmente com as partes, registrando-se em ata a referência à petição onde o local foi descrito, para a otimização e agilidade no procedimento.



VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes. Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.2 e e-Gestão

826 → 1.354
Pendentes de finalização

143,7 → 186,3
Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



Elevação dos processos pendentes de finalização e do prazo médio na etapa da liquidação em comparação ao período correicional anterior.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, 5.3 e 6.3 e sistema e-Gestão

1.852 → 2.018

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

1.371 → 1.954

Pendentes de extinção

294 → 352

Execuções Encerradas (90.093)

380 → 368

Processos Baixados (90.381)

440 → 526

Execuções iniciadas (90.329)

1.202 → 1.263

Idade Média na Execução
(em dias)

948,9 → 839,7

Prazo Médio na Execução
(em dias) (90.275 e 90.277)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.



O número de execuções iniciadas foi maior que o número de execuções encerradas, embora este último tenha sido superior ao da correição anterior.



Elevação da idade média dos processos da execução, enquanto o prazo médio desse acervo apresentou redução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está



Vara do Trabalho de Capivari

necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.



Os cinco processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.



A Unidade informou que não promove a realização semanal de audiências de conciliação em processos da etapa de execução forçada, porém as realiza esporadicamente, optando por enviar os processos ao CEJUSC Piracicaba, quando possível, em razão do déficit de servidores e da ausência de um mediador na Vara.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias e semana de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

406 → 0

Processos da execução no Arquivo Provisório

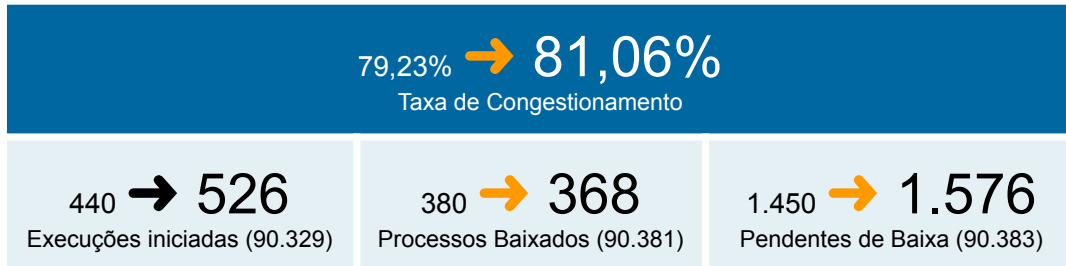


Eliminação de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior.



5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Nota-se uma redução dos processos baixados frente às execuções iniciadas, que se elevaram em maior proporção, resultando no aumento do congestionamento na etapa em relação ao período anterior, o qual atingiu patamar mais elevado.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.



5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0010116-03.2023.5.15.0039 por meio do sistema SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0012238-28.2019.5.15.0039 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010050-23.2023.5.15.0039 e 0010137-47.2021.5.15.0039 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", no processo 0011878-35.2015.5.15.0039, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0010653-96.2023.5.15.0039, com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
✓	Constata-se da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010474-31.2024.5.15.0039.
✓	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010862-07.2019.5.15.0039 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.



Não foi localizado processo com bem(s) arrematado(s) em hasta pública no atual período correicional, razão pela qual não foi possível verificar sobre a fixação de custas após a expedição do auto de arrematação.





A Unidade não fixa custas após a expedição do auto de arrematação, de adjudicação e de remição, doravante passará a fixar as custas de execução, conforme estabelece a legislação.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD - Dados de 7/2023 a 4/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
0	-	2.557	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

✓	A ferramenta eletrônica está sendo utilizada imediatamente após a determinação.
✓	Não há ordens de bloqueio efetivadas com pendência de desdobramento pelo Juízo.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Piracicaba (consulta em 26/6/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	6	26/6/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.



Vara do Trabalho de Capivari



Por amostragem, em consulta ao sistema PJe observou-se o cumprimento de mandados por email (0011958-18.2023.5.15.0039 e 0011959-03.2023.5.15.0039).



Também foi identificado a expedição de grande quantidade de mandados de notificação/intimação, especialmente para audiências com datas próximas, a exemplo do processo 0010876-15.2024.5.15.0039.



A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.



O prazo para análise dos mandados devolvidos está satisfatório.



Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo DIRPF, DITR, DIMOB, DOI, DECRED).



Elevada quantidade de mandados de notificação cumpridos por oficiais de justiça, inclusive por email.

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.



5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Piracicaba (consulta em 26/6/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Filipe Oliveira D'el Rei	32	10
Marcos José Pereira	26	26
TOTAL	58	36

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 60 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, sinalizando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Até que seja feita a atualização da parametrização local de Capivari, as atividades dos Oficiais de Justiça de Capivari são regidas pela Ordem de Serviço nº 1/2022 - parametrização local da antiga Central de Mandados Unificada de Piracicaba.



O prazo para cumprimento das diligências está definido no artigo 40 da Ordem de Serviço nº 1/2022, da Central de Mandados de Piracicaba nos seguintes termos: 90 dias para mandados de pesquisa com pequena e média complexidade e 180 dias para mandados de maior complexidade, assim entendidos aqueles com mais de 10 investigados. Já os demais mandados deverão ser cumpridos no prazo de 60 dias.





Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo distribuído em 18/1/2024, sob responsabilidade do oficial Filipe Oliveira D'el Rei.



O acompanhamento pelo Gestor acerca dos mandados pendentes de cumprimento é feito através do "Painel do Oficial Distribuidor/Mandados Pendentes de Cumprimento", bem como através dos "Mandados pendentes" e "Mandados devolvidos" do escaninho de "Documentos Internos" do Pje-JT.

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Filipe Oliveira D'el Rei	376
Marcos José Pereira	28

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.



A baixa quantidade de mandados cumpridos pelo oficial Marcos José Pereira decorre do seu recente exercício na Unidade.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade adota a venda de bens na modalidade direta e, atualmente, há dois corretores, José Valero Santos Júnior e Adílio Gregório Pereira, atuando na Jurisdição.



Os corretores indicados estão credenciados no banco de dados deste Regional para atuação na Jurisdição.



5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC	O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.
	Há três processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 21/6/2024 (0012332-44.2017.5.15.0039).
	Há 42 processos com cadastro finalizado, aguardando autuação de requisição de pagamento no sistema GPREC, a mais antiga datada de 9/5/2024.
	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC
	Por amostragem, não foram constatadas RPV vencidas.
	Pendências identificadas no GPREC resultam de ausência de registros de pagamentos.
	No sistema GPREC há RPVs pendentes de baixa, mesmo após a liberação dos créditos, como nos processos 0010918-06.2020.5.15.0039 e 0012962-03.2017.5.15.0039.
	Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos processos com comprovantes de pagamentos juntados, como no processo 0011034-17.2017.5.15.0039, pendente desde 24/1/2024.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 5/4/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

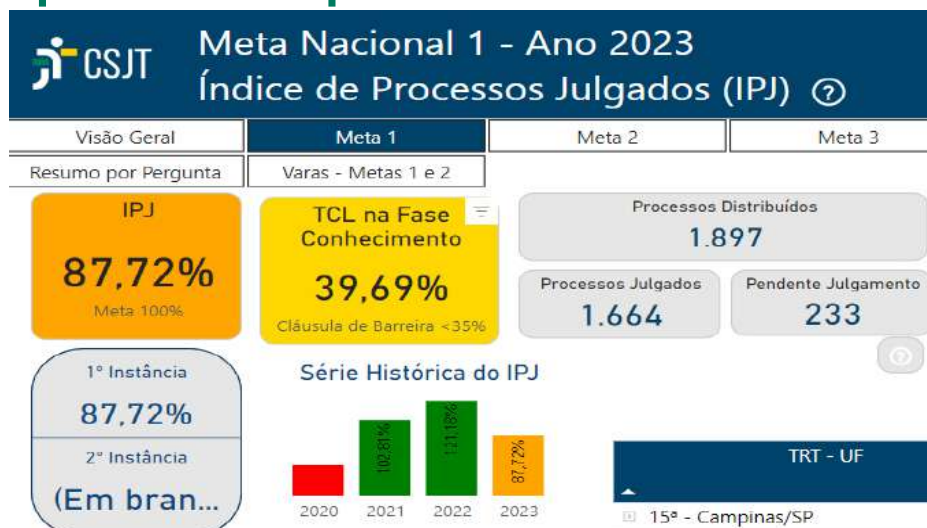
- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 10/6/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

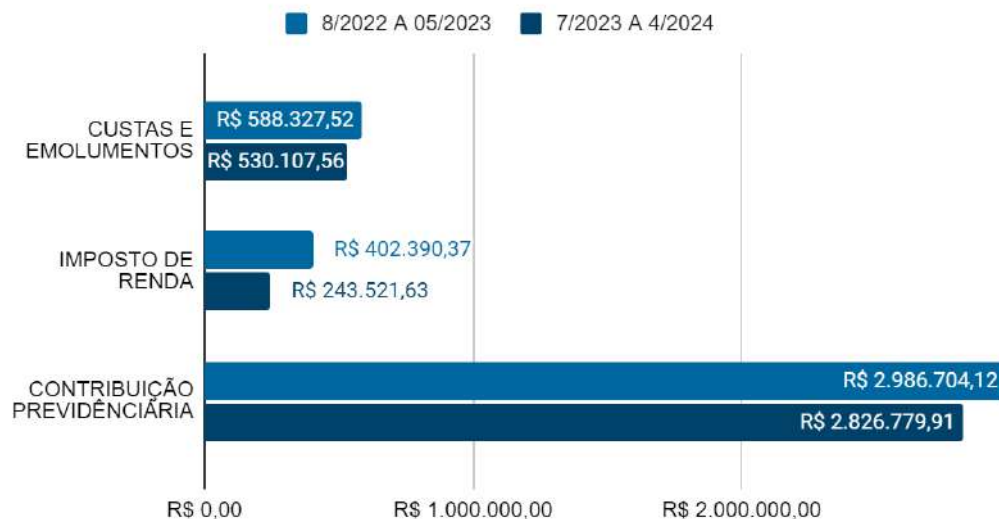


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.

8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Cumprimento da Meta 2 do CNJ.
	Não cumprimento da Meta 1 e Meta 5 do CNJ.
	Variação não favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Variação favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
	Estagnação da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Variação não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade utilizará o modelo completo de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correção, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"





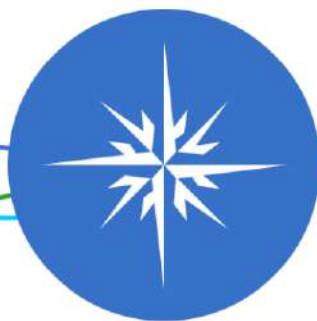


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026

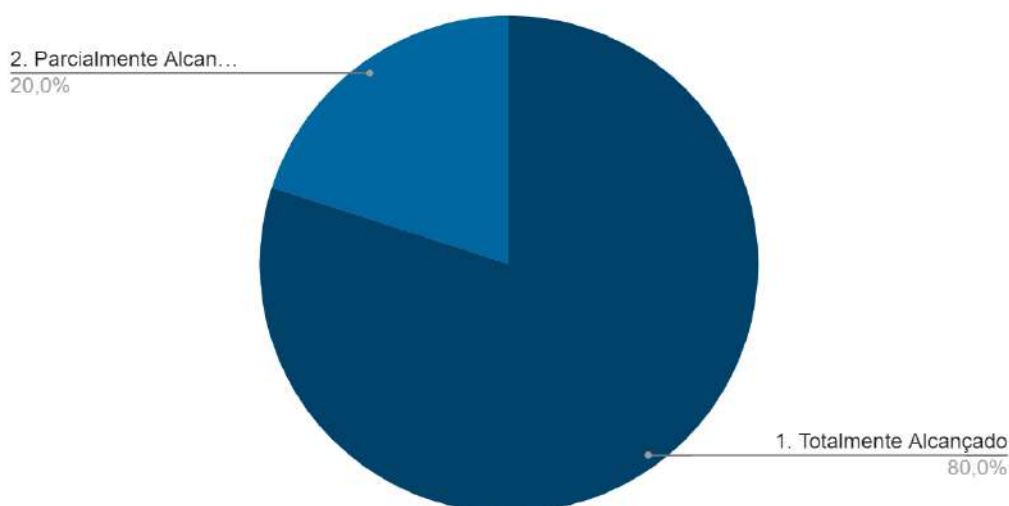


Ocorrências

	Participaram, presencialmente, a Juíza Titular Renata dos Reis D'Ávila Calil e a Juíza Substituta em auxílio fixo Lays Cristina de Cunto.
---	---

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.



Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 5 de julho de 2024, às 15 horas, encerraram-se os trabalhos, e nós, Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

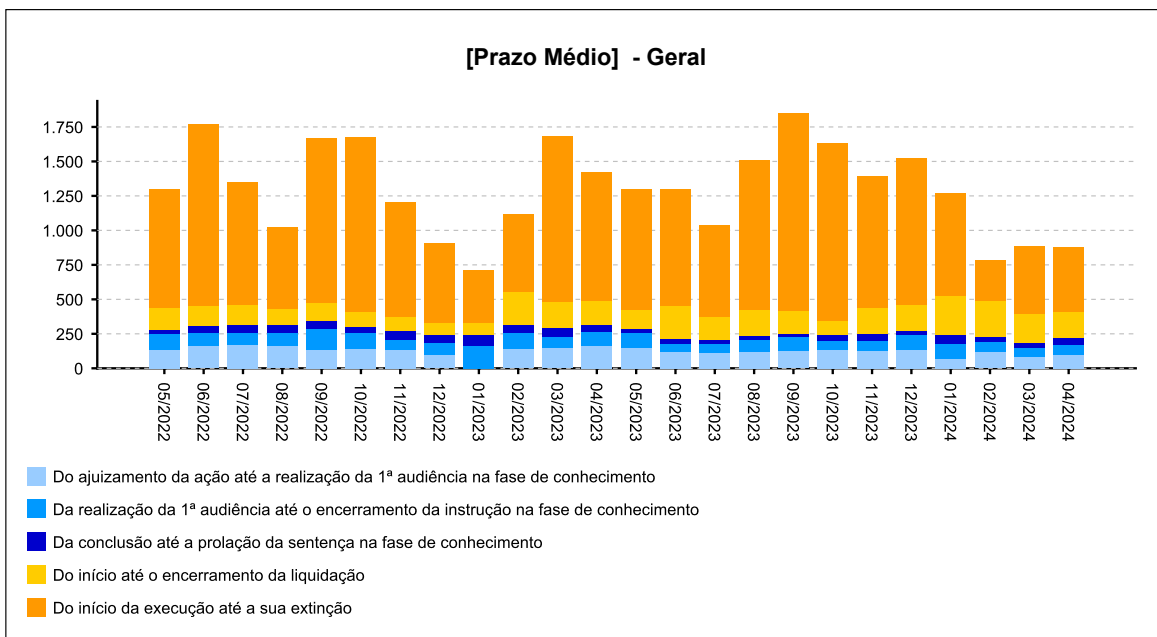
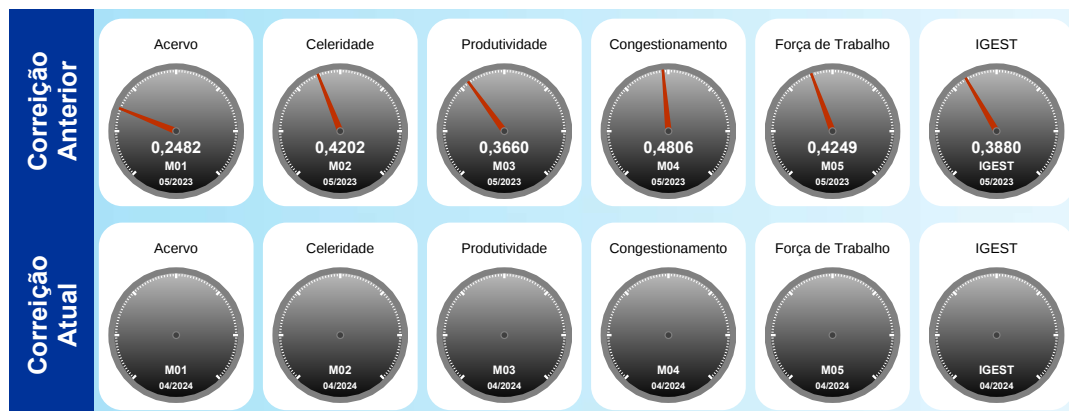
VARA DO TRABALHO DE CAPIVARI - 0039
[1501 a 2000 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 7.471/86
Data de Instalação: 20/02/1987
Data de Instalação do PJE: 07/11/2012
Data da Última Correição: 10/07/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENATA DOS REIS D AVILLA CALIL	26/07/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
12/07/2023 a 31/07/2023	FÉRIAS
18/09/2023 a 07/10/2023	FÉRIAS
06/04/2024 a 12/04/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
06/05/2024 a 25/05/2024	FÉRIAS
27/05/2024 a 29/05/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO





2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/07/2023 a 16/06/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CAMILA TRINDADE VALIO MACHADO	08/11/2023 a 15/11/2023

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LAYS CRISTINA DE CUNTO	21/03/2022 a 20/06/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
04/07/2023 a 06/07/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
25/09/2023 a 16/10/2023	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - MAGISTRADO -
18/10/2023 a 16/11/2023	FÉRIAS
26/02/2024 a 26/03/2024	FÉRIAS

NOME	PERÍODO
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	11/03/2024 a 20/03/2024
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	03/05/2024 a 03/05/2024
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	09/05/2024 a 09/05/2024
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	18/05/2024 a 18/05/2024
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	22/05/2024 a 22/05/2024
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	27/05/2024 a 27/05/2024

Afastamentos: Não houve





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
BRUNO CESAR VIOTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	30/05/2023
BRUNO SAMPAIO DOS SANTOS	TJA	-	05/06/2023
LUCIMARA QUIBAO DAROZ	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	11/12/1995
MARCIO ANTONIO FERRACIOLI	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/09/2010
MARCIO MACLUF GRISOTTO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	01/08/1998
MARCOS JOSE PEREIRA	AJ-OJA	-	26/03/2024
MARIA APARECIDA SBRAVATTI FRANCO SOTTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/04/2018
SILMARA ANDREA BORTOLI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	21/05/2018
VINICIUS AUGUSTO DE ALMEIDA MANTOVANI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	21/03/2018
VITORIO SALVIO DAL FABBRO	TJA	FC-04 CALCULISTA	04/12/2006
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [07/2023 a 04/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	100
TOTAL	100





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ALINE MARIA TOLEDO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2023
CAMILA FRANCO DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/02/2023
ELIS AMARAL NEVES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/04/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LAYS CRISTINA DE CUNTO	60
RENATA DOS REIS D AVILLA CALIL	58

SERVIDORES	HORAS
BRUNO CESAR VIOTO	163
BRUNO SAMPAIO DOS SANTOS	53
LUCIMARA QUIBAO DAROZ	6
MARCIO ANTONIO FERRACIOLI	36
MARCIO MACLUF GRISOTTO	120
MARCOS JOSE PEREIRA	29
MARIA APARECIDA SBRAVATTI FRANCO SO SOTTO	44
VINICIUS AUGUSTO DE ALMEIDA MANTOVANI	129





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

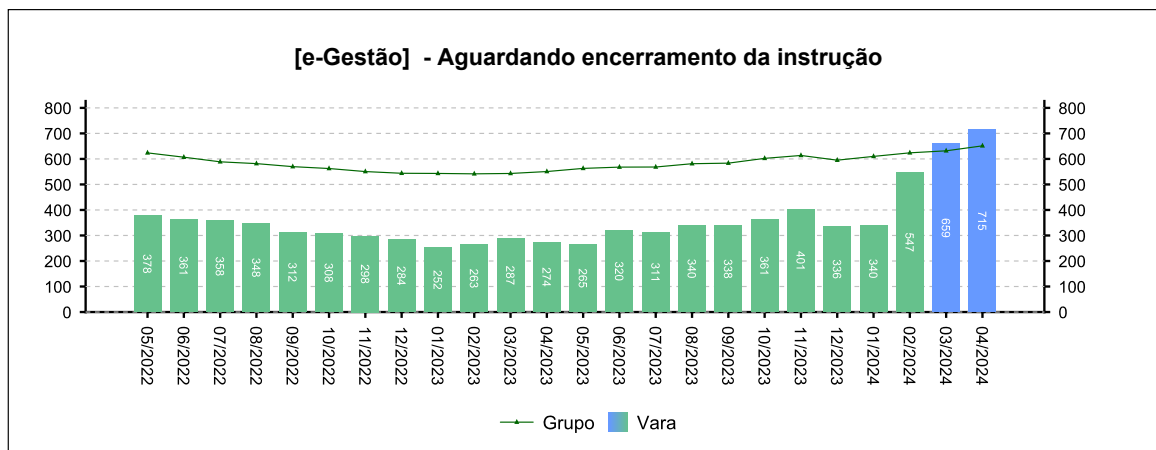
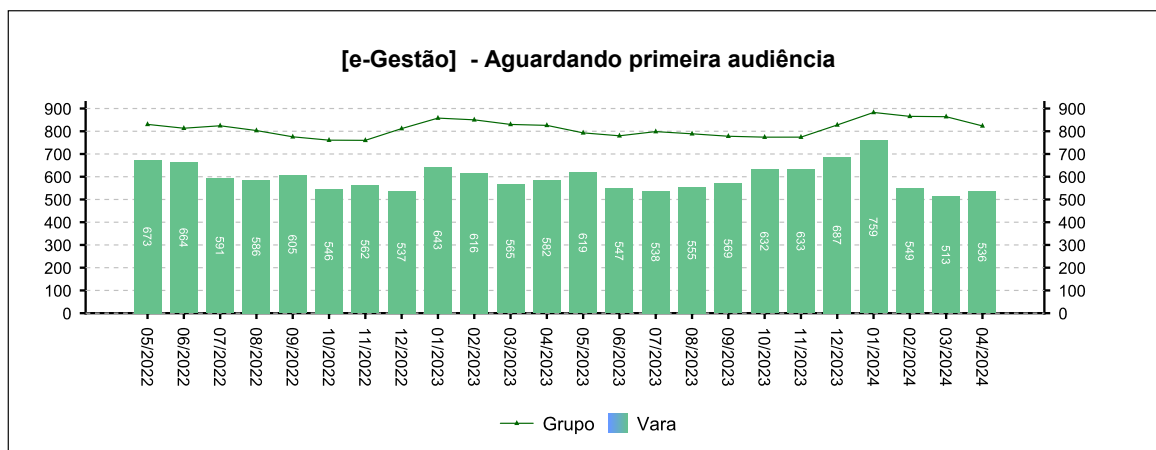
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	536	823	---
Aguardando encerramento da instrução	715	651	---
Aguardando prolação de sentença	93	95	---
Aguardando cumprimento de acordo	6	45	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.411	1.417	---
Pendentes de finalização	2.761	3.031	---

Período: 07/2023 a 04/2024

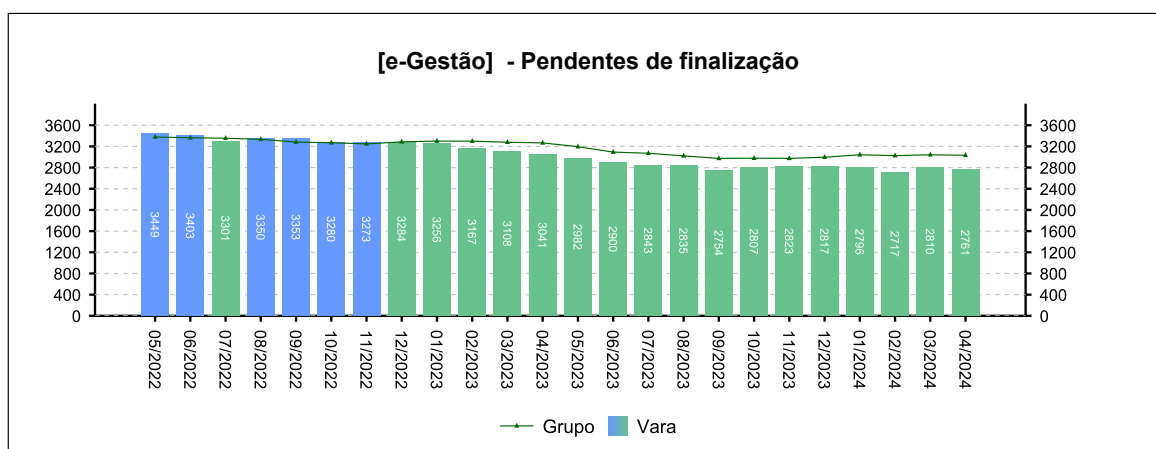
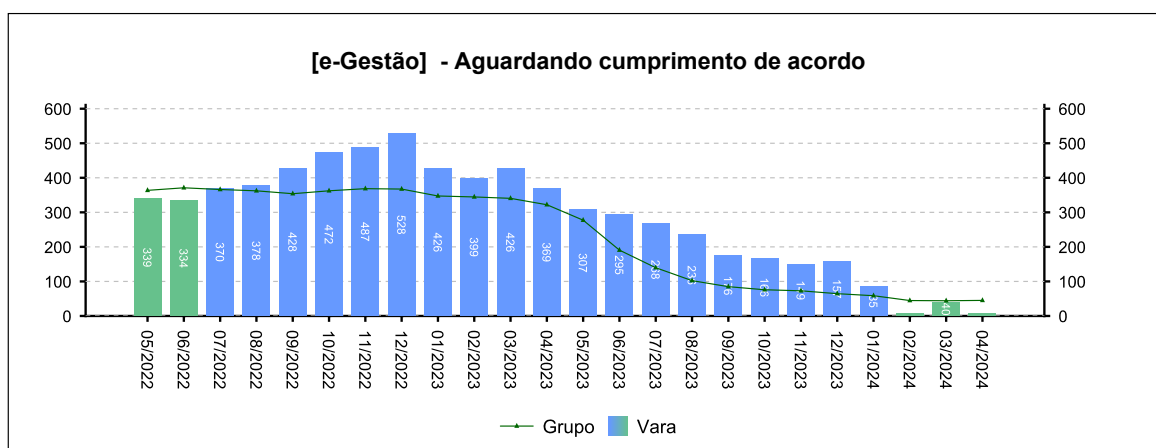
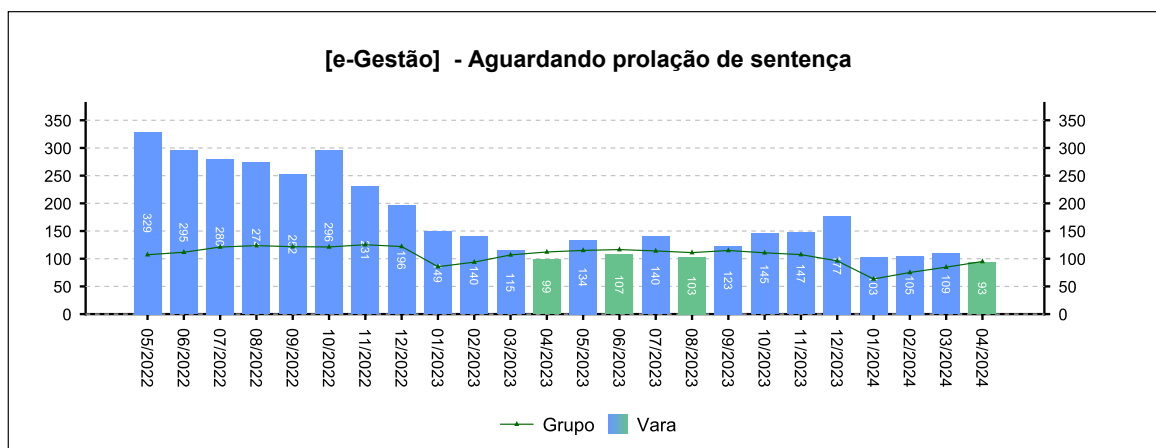




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

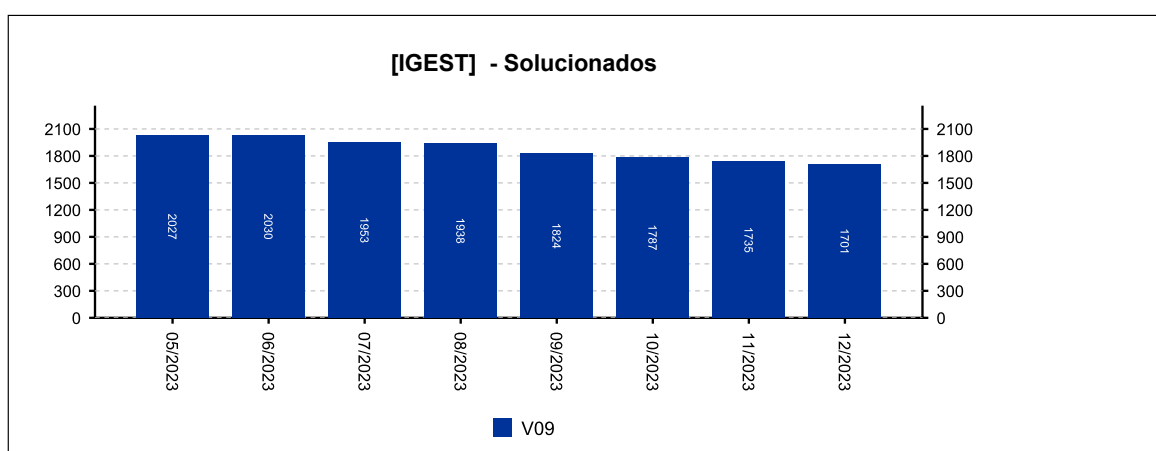
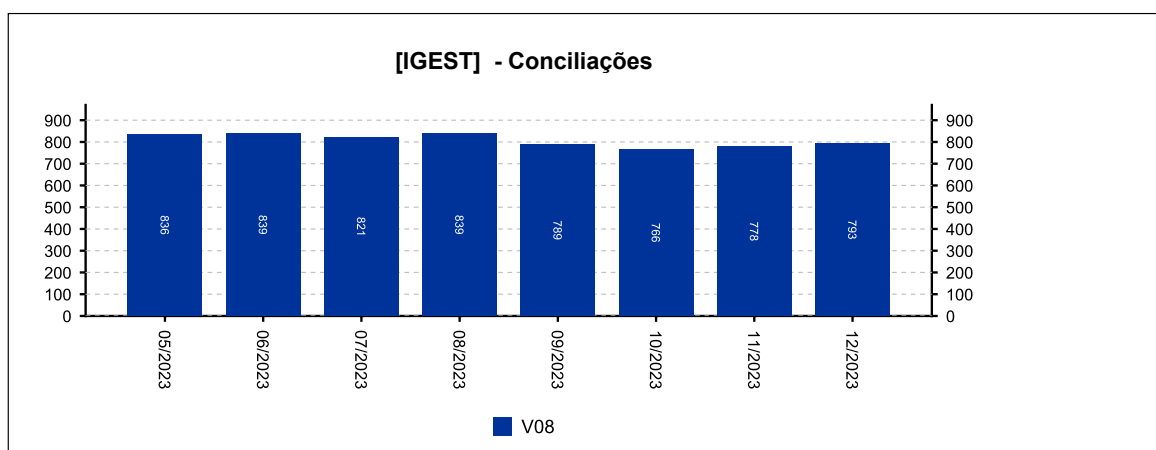
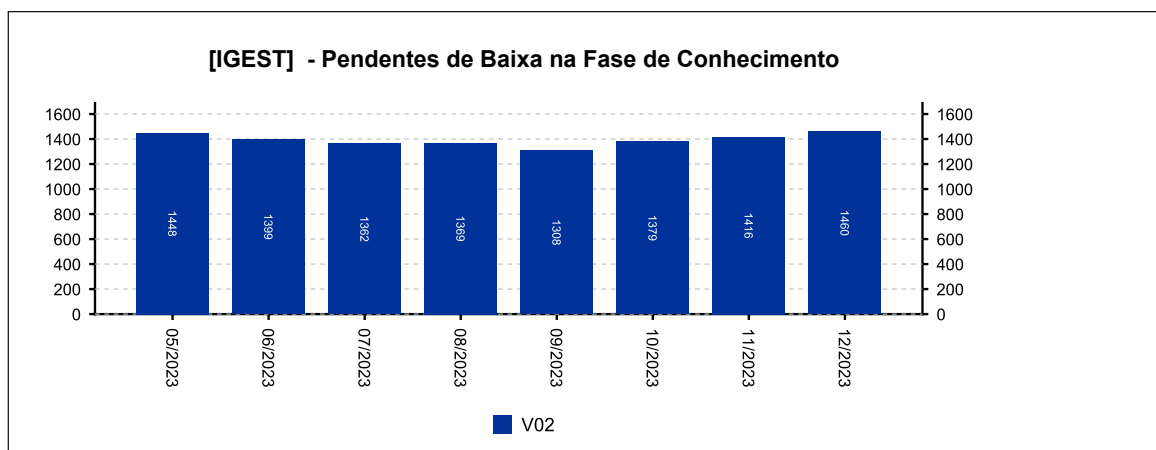




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

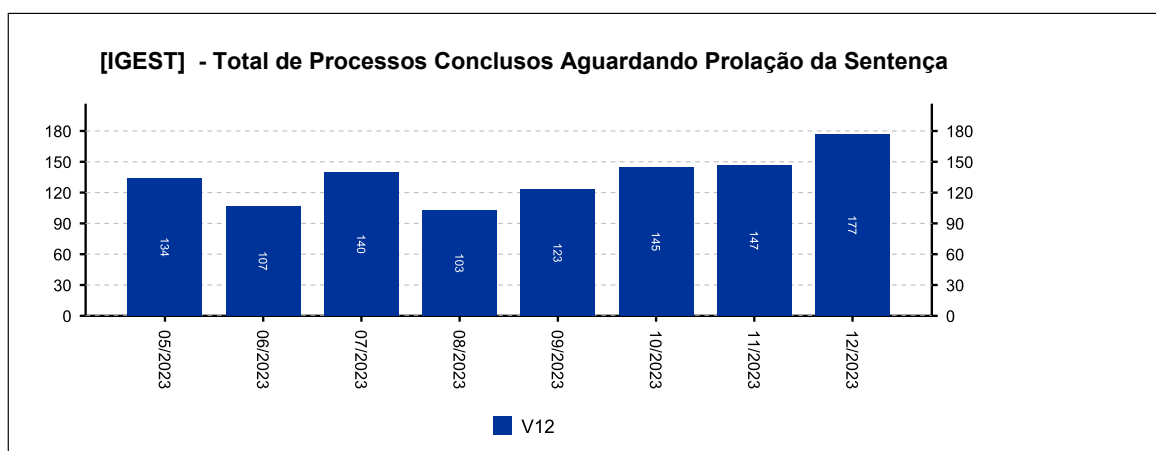
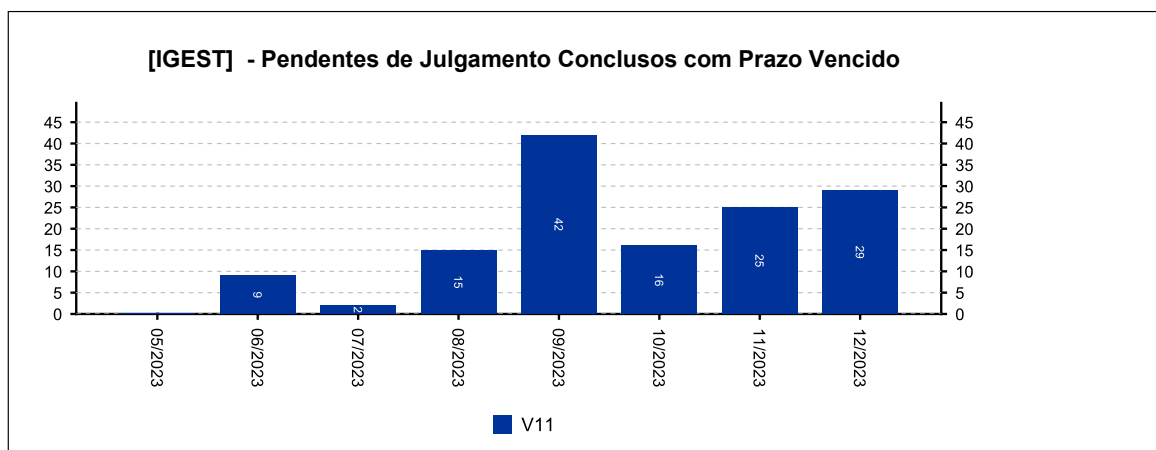
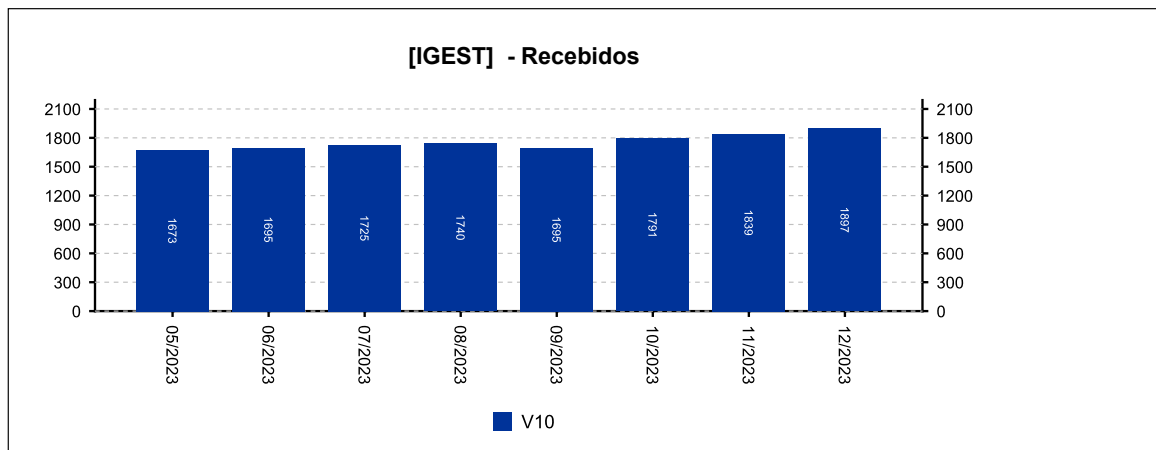




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

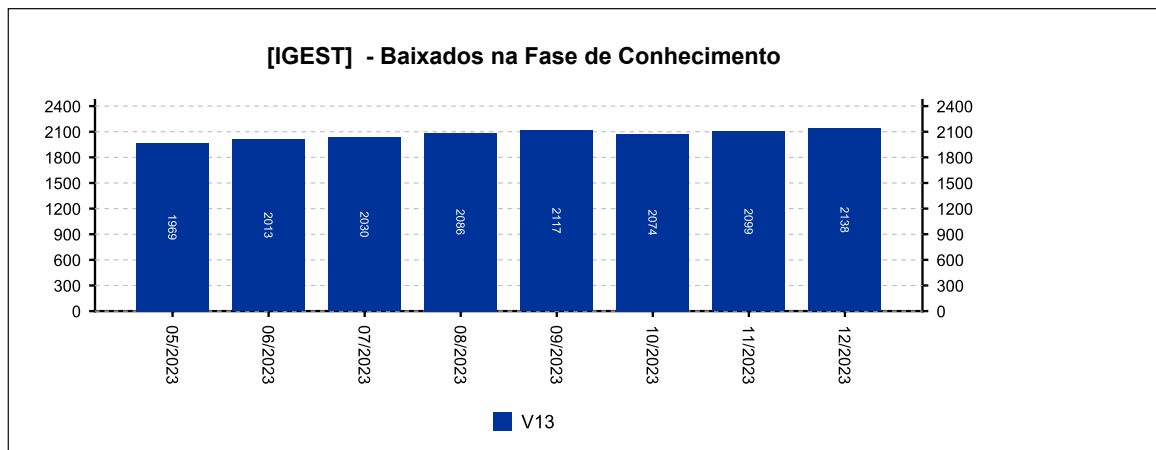




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

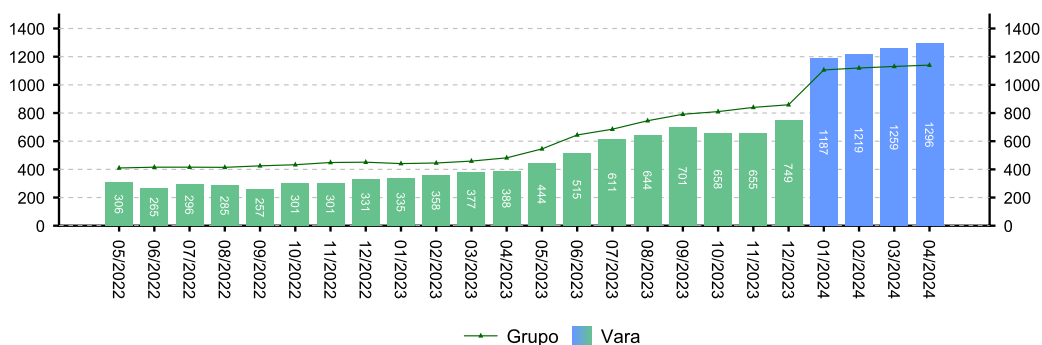
(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

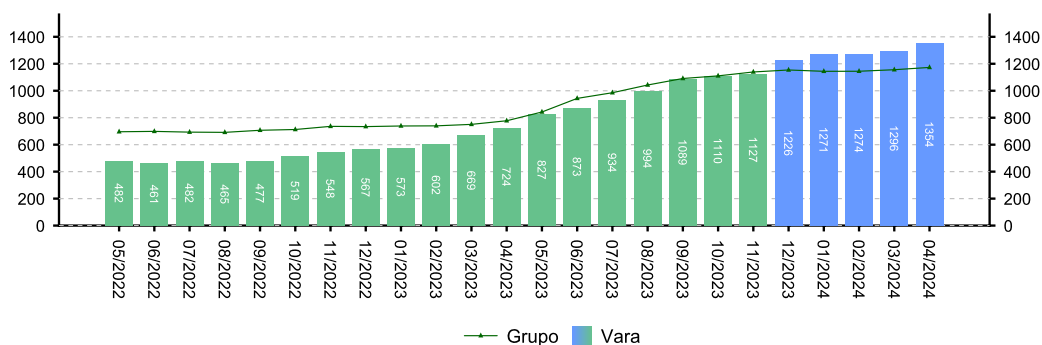
SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	1.296	1.140	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	58	33	---
Pendentes de finalização	1.354	1.173	---

Período: 07/2023 a 04/2024

[e-Gestão] - Pendentes de homologação dos cálculos



[e-Gestão] - Pendentes de finalização

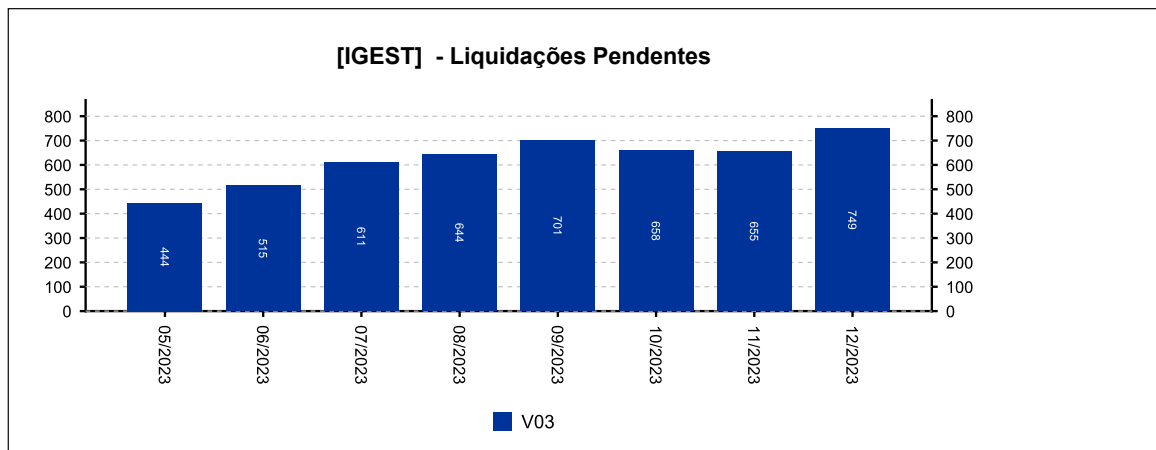




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





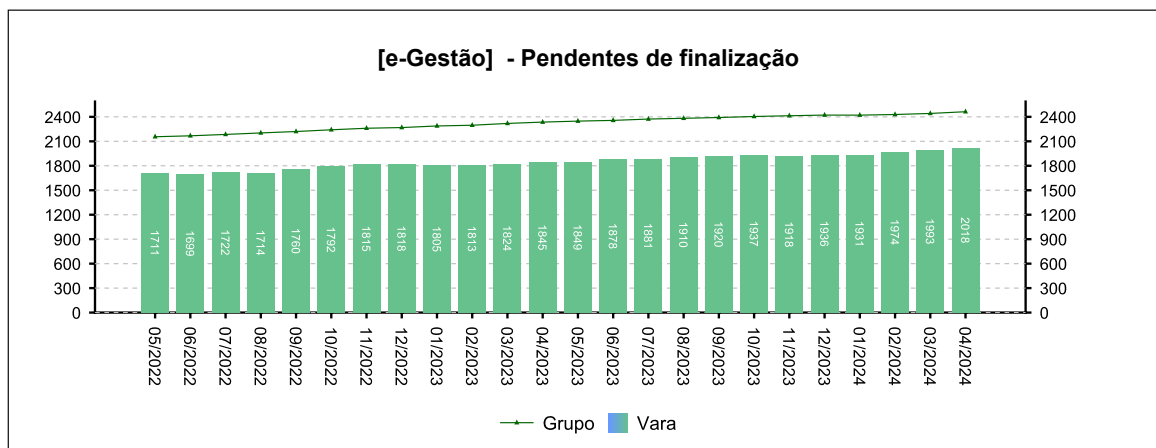
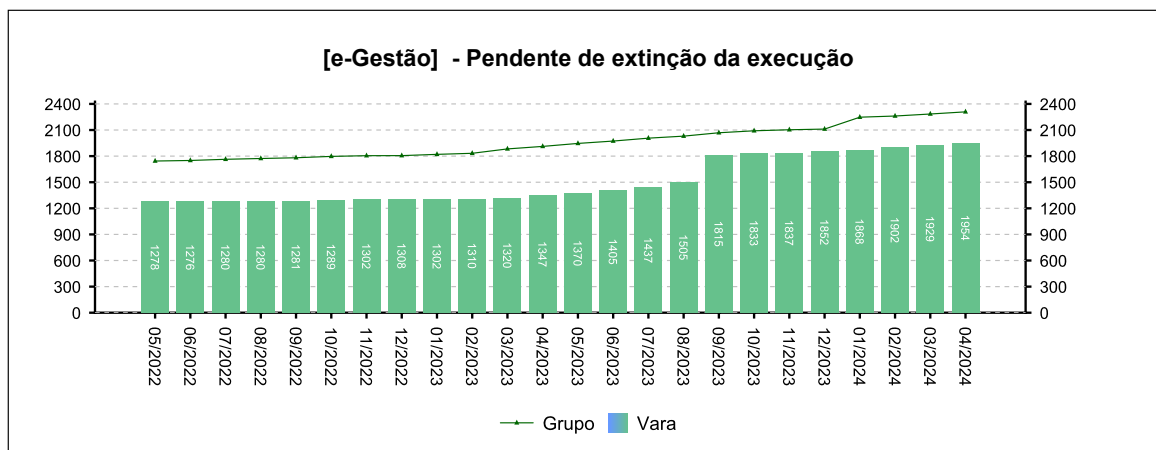
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	1.954	2.309	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	64	155	---
Pendentes de finalização	2.018	2.463	---

Período: 07/2023 a 04/2024

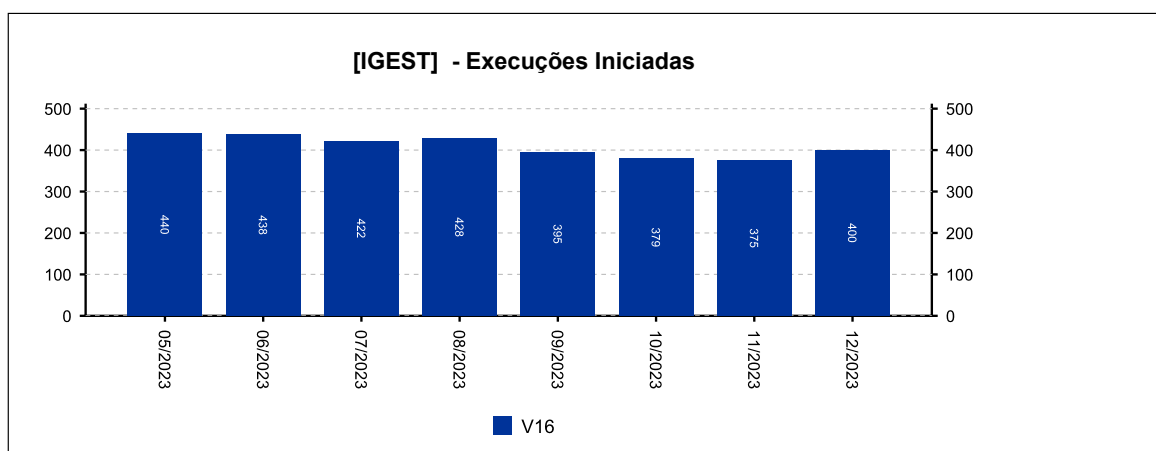
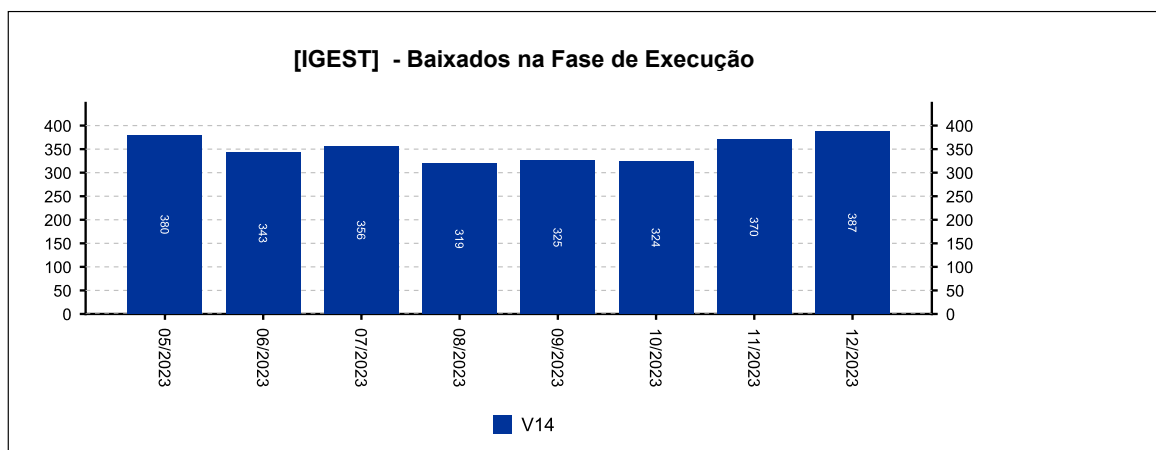
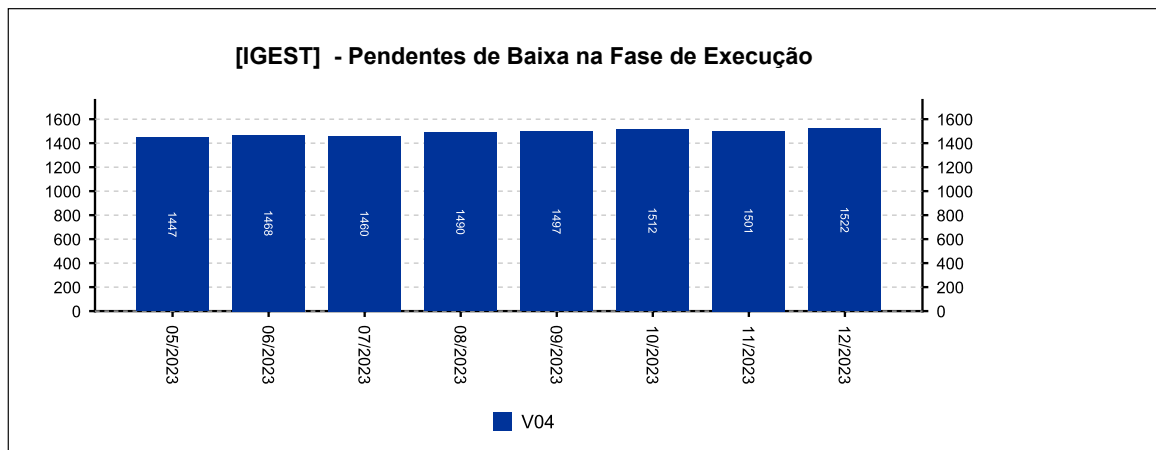




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

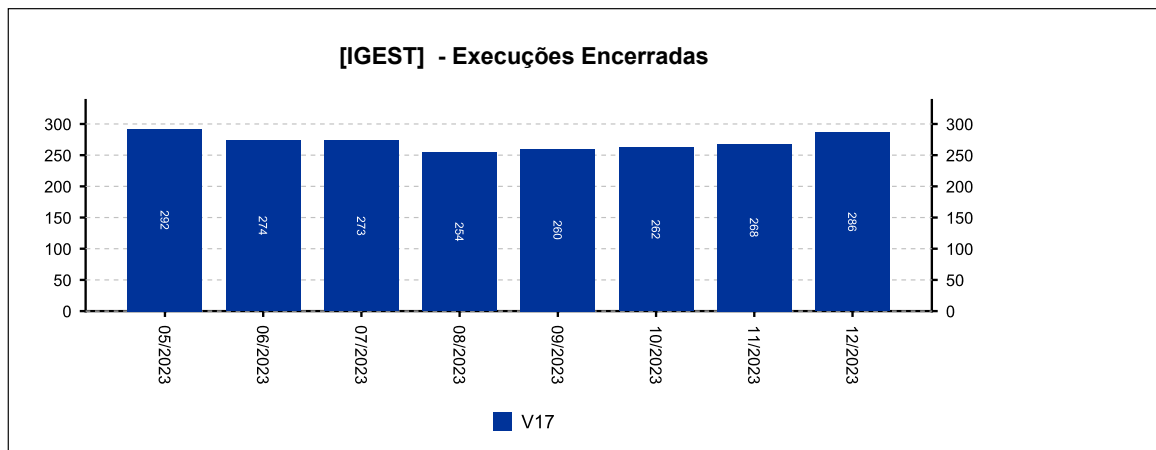




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





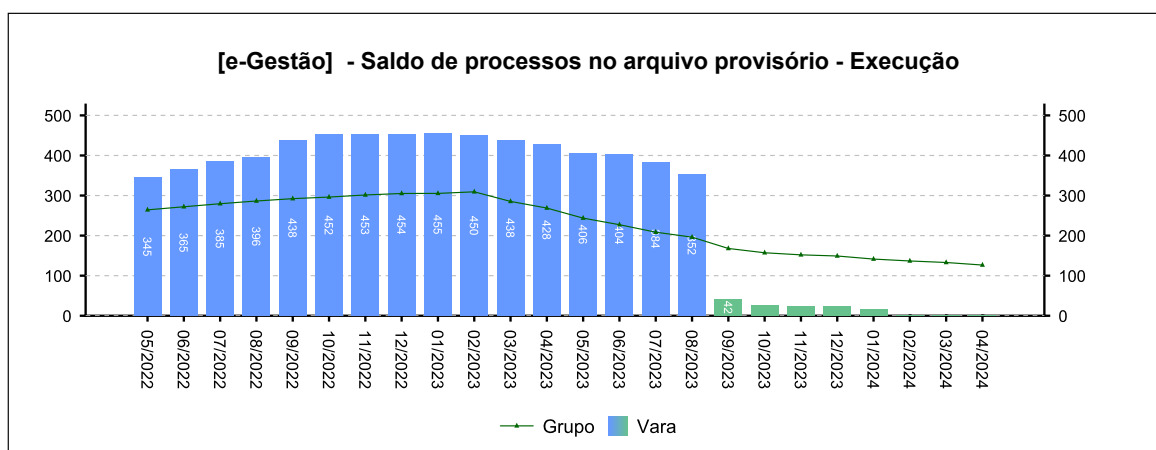
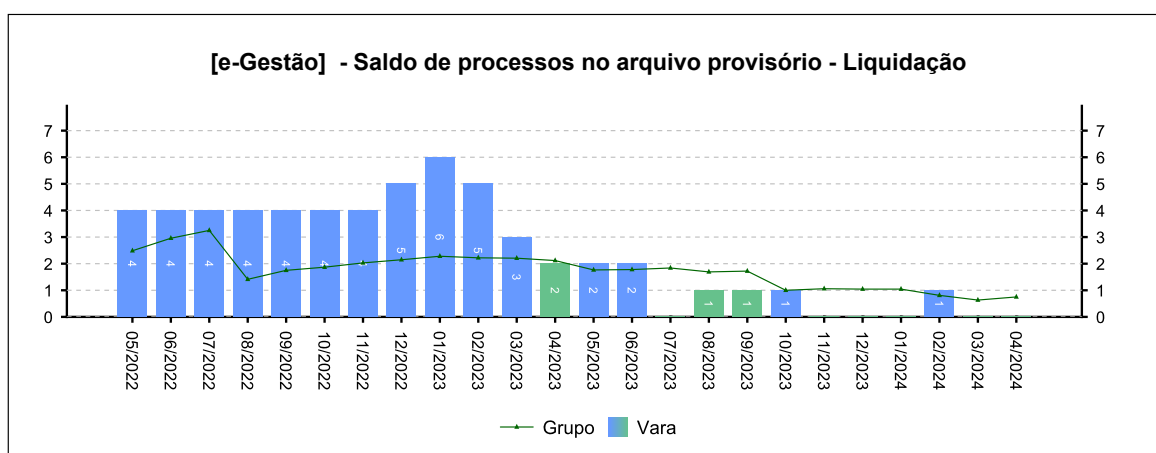
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	127	---

Período: 07/2023 a 04/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	2.761	3.031	---
Pendentes de finalização - Liquidação	1.354	1.173	---
Pendentes de finalização - Execução	2.018	2.463	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	127	---
TOTAL:	6.133	6.795	---

Período: 07/2023 a 04/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

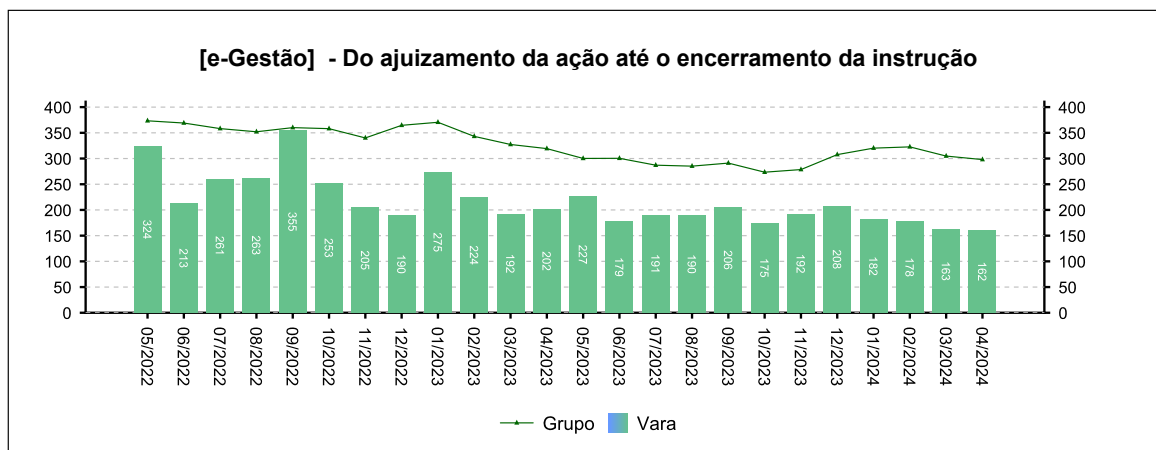
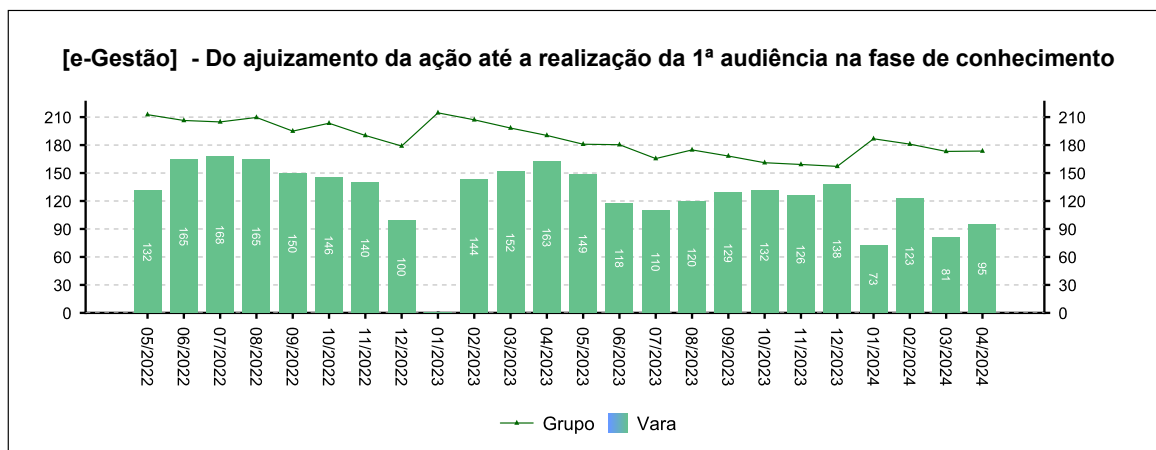
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.455	112	170	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.417	184	296	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.367	209	312	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	898	41	28	---

Período: 07/2023 a 04/2024

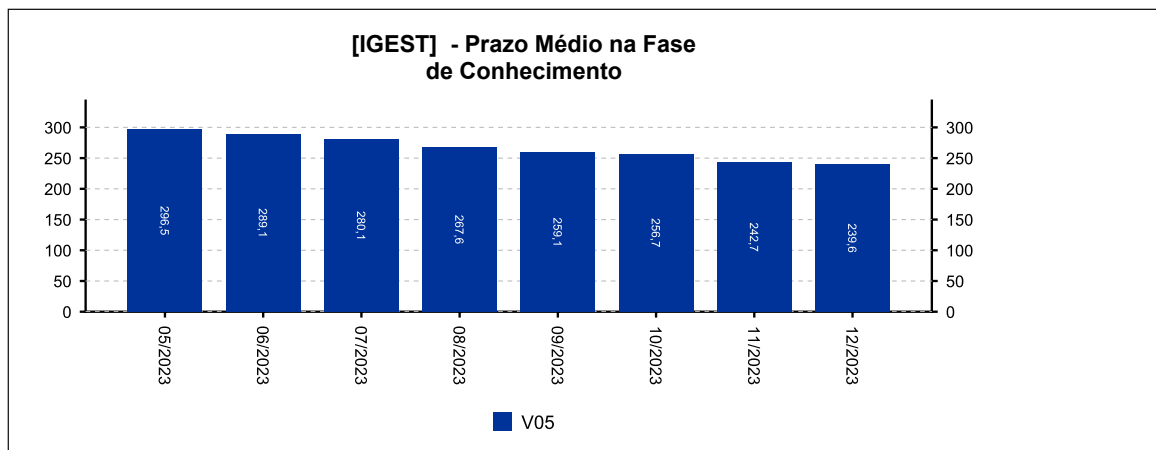
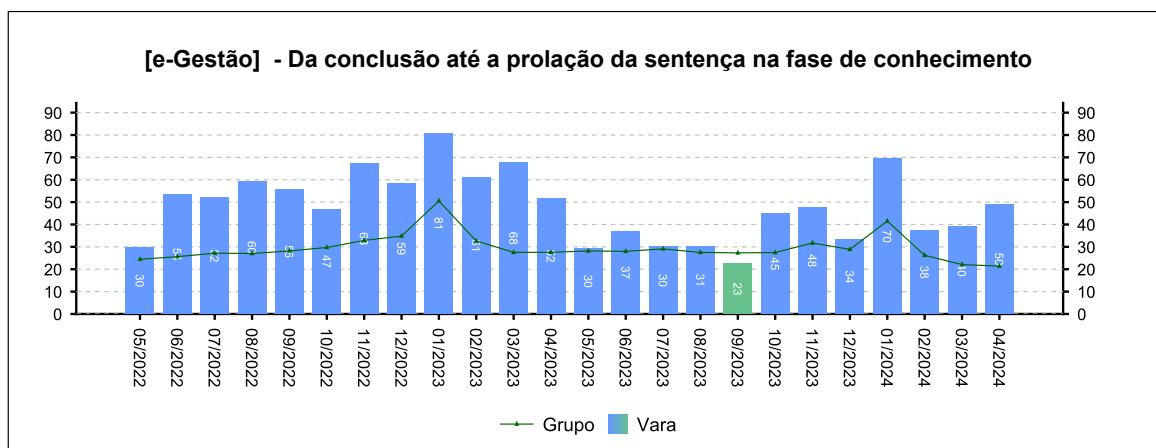
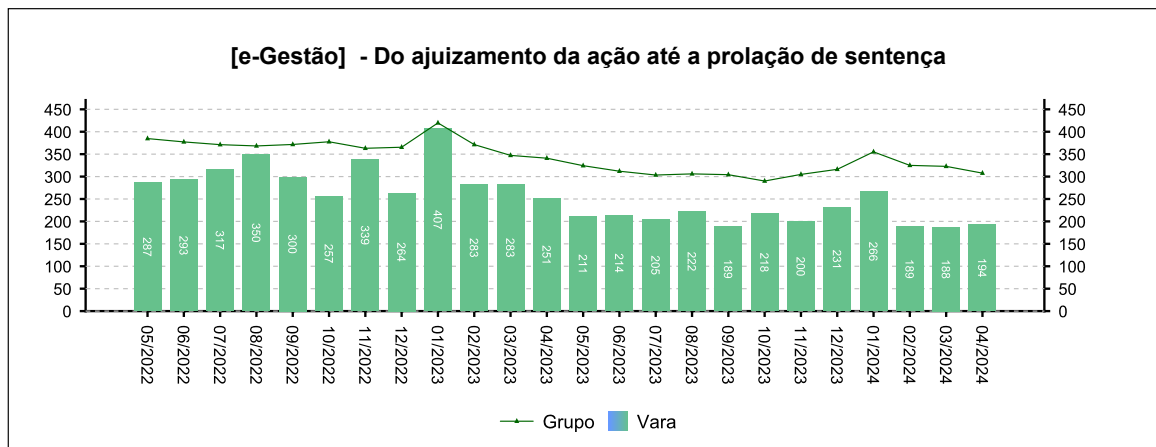




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



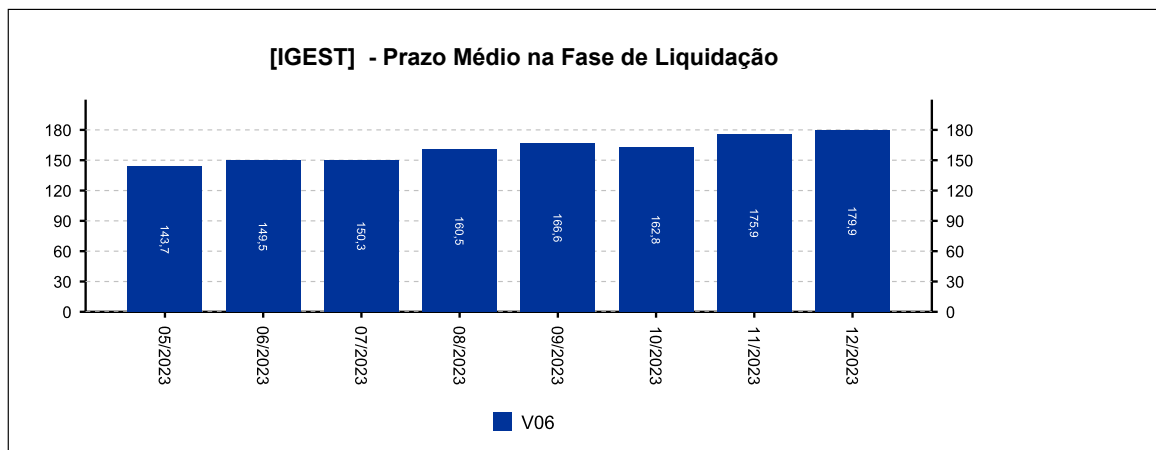
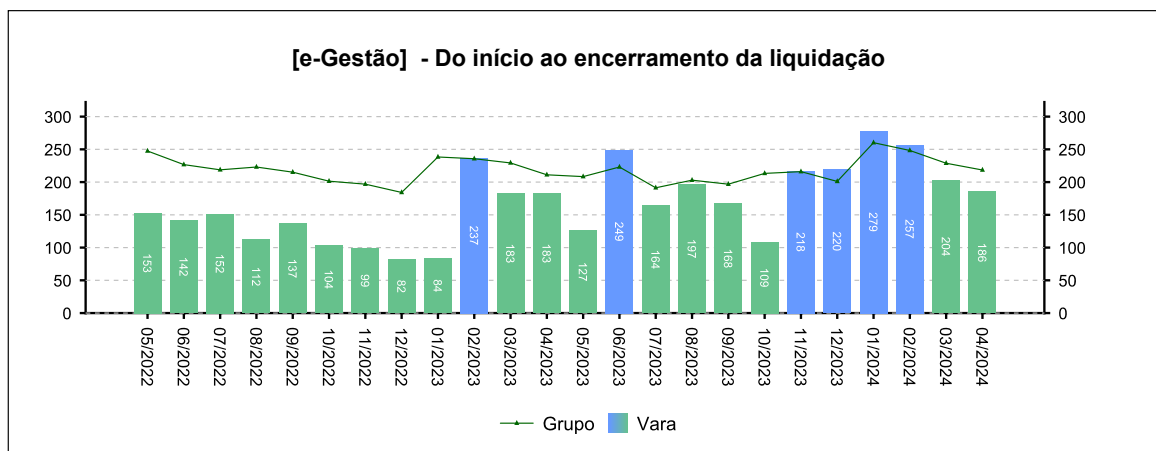


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	645	198	218	---
Período: 07/2023 a 04/2024				





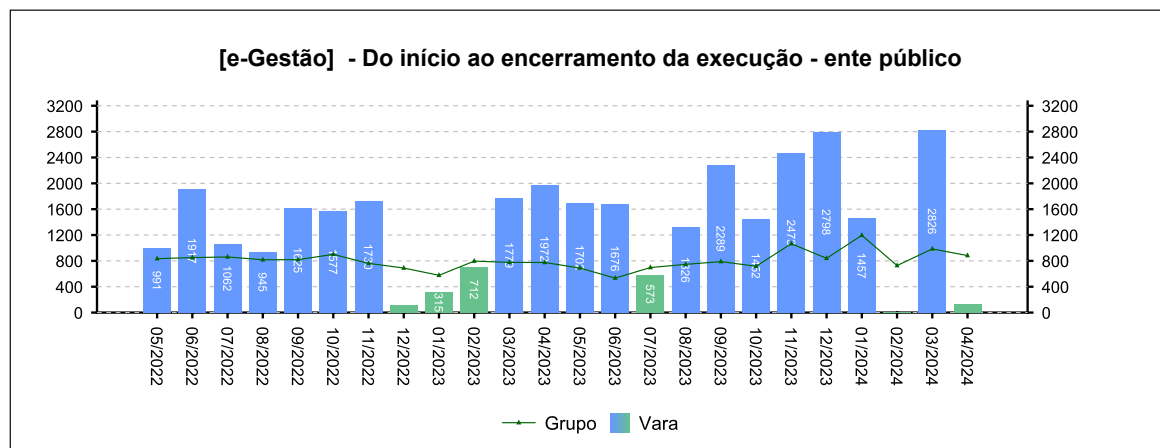
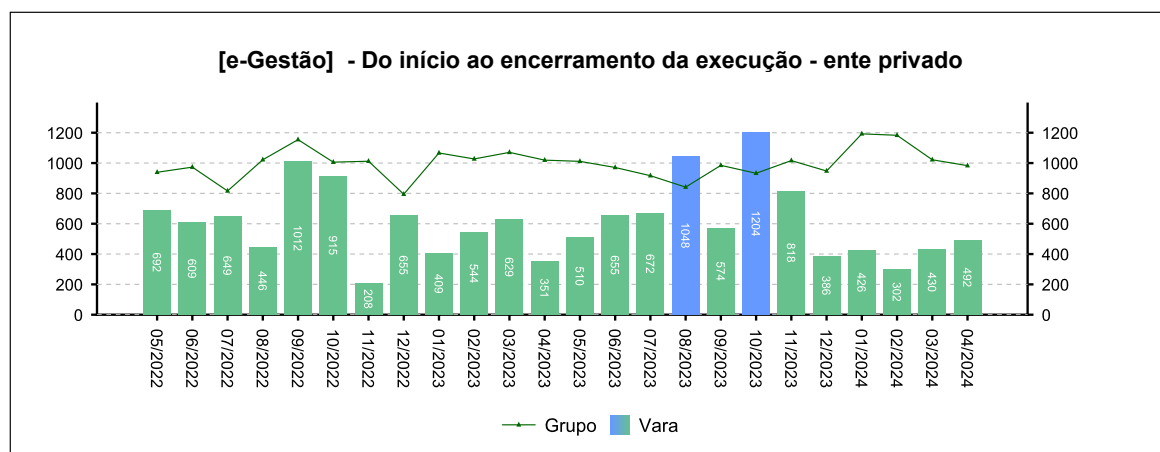
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	287	569	1.004	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	57	1.729	867	---
Total / Média	344	761	981	---

Período: 07/2023 a 04/2024

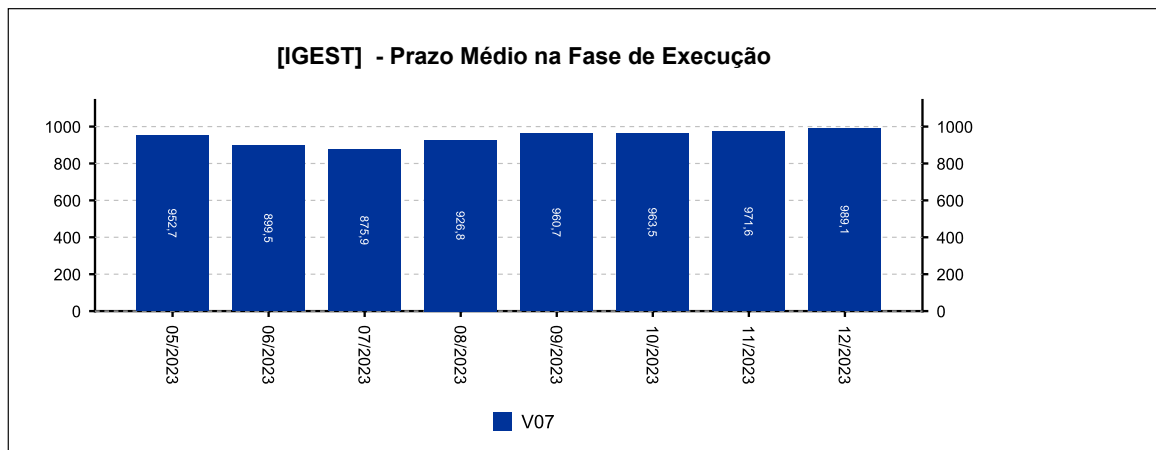




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

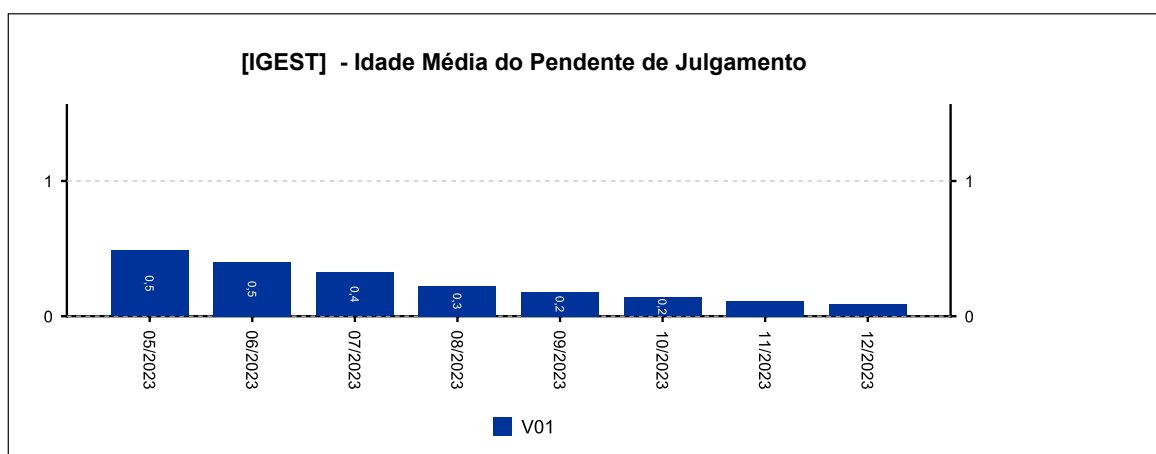
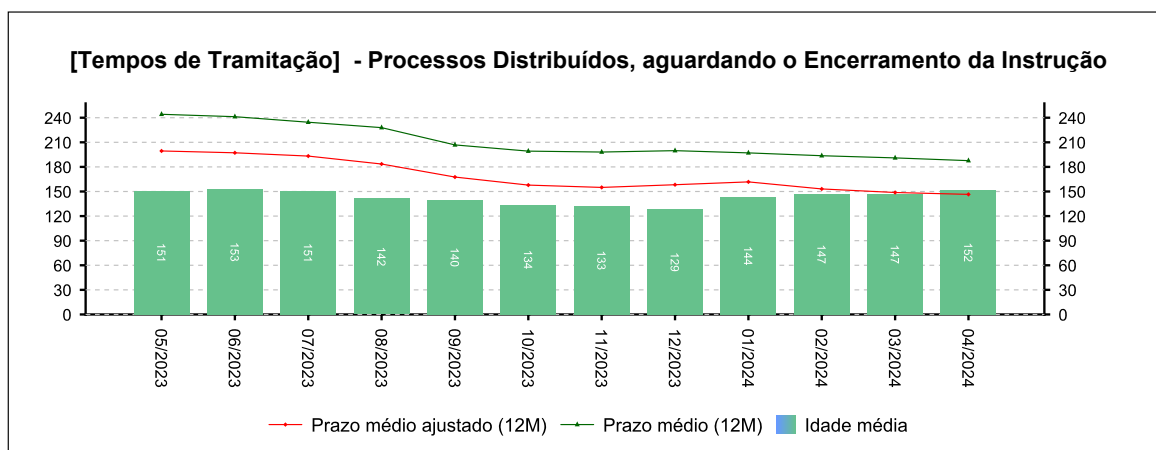
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010138-03.2019.5.15.0039	18/10/2019	01/02/2019	1.915
0011976-78.2019.5.15.0039	28/10/2019	20/08/2019	1.715
0010332-66.2020.5.15.0039	25/04/2024	28/02/2020	1.523
0010536-76.2021.5.15.0039	02/04/2021	02/04/2021	1.124
0010975-87.2021.5.15.0039	17/03/2023	01/07/2021	1.034

Período: até 04/2024





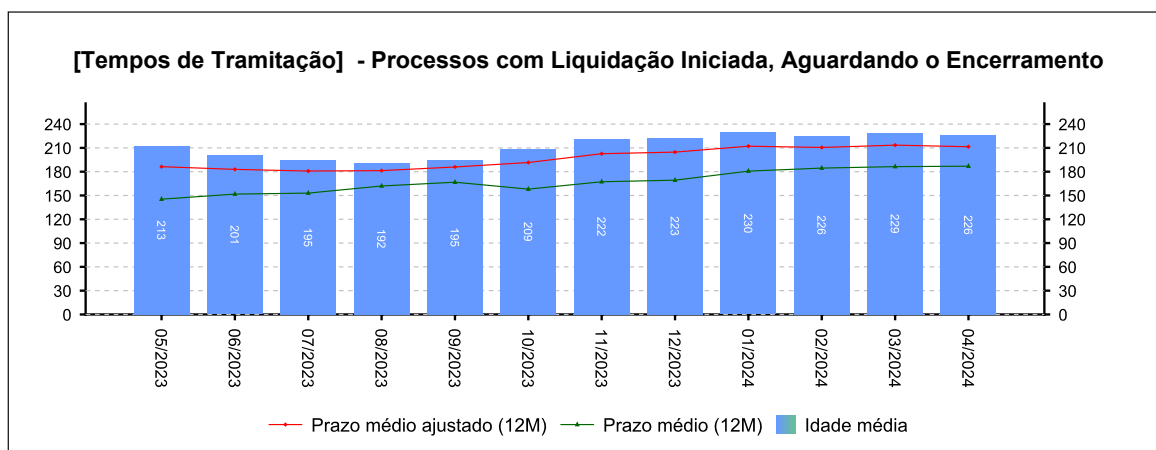
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010203-37.2015.5.15.0039	28/08/2016	15/01/2015	2.802
0011448-78.2018.5.15.0039	07/11/2018	14/08/2018	2.001
0011331-24.2017.5.15.0039	08/07/2019	02/05/2017	1.758
0001169-43.2012.5.15.0039	18/09/2020	04/07/2012	1.320
0011468-98.2020.5.15.0039	29/09/2020	28/09/2020	1.309

Período: até 04/2024





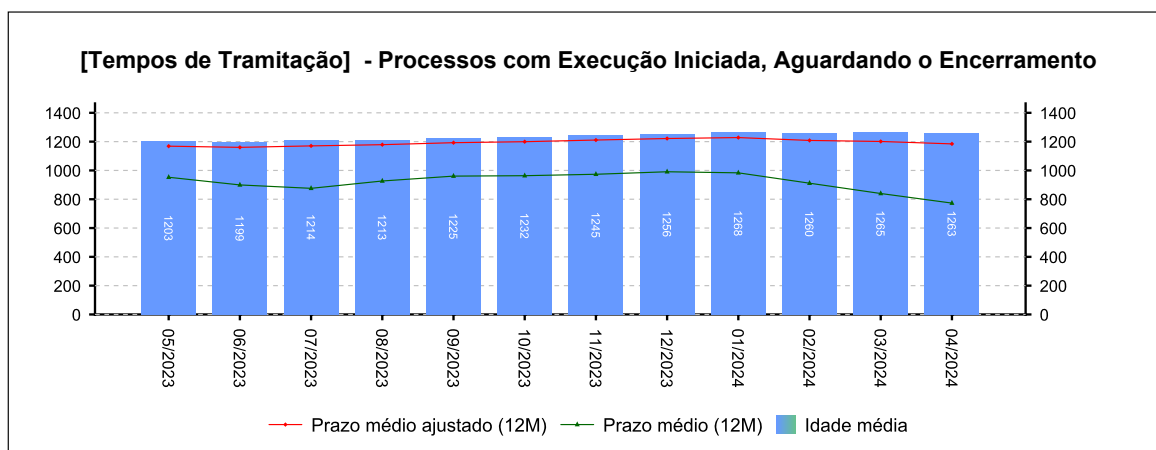
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010039-77.2012.5.15.0039	08/04/2013	13/11/2012	4.040
0010150-27.2013.5.15.0039	09/05/2013	31/01/2013	4.009
0010072-33.2013.5.15.0039	12/09/2013	16/01/2013	3.883
0012218-47.2013.5.15.0039	11/09/2014	19/12/2013	3.519
0011676-29.2013.5.15.0039	16/12/2014	27/09/2013	3.423

Período: até 04/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	1915	152	188	146
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2802	226	187	211
Do Início ao Encerramento da Execução	4040	1263	773	1184

Período: até 04/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

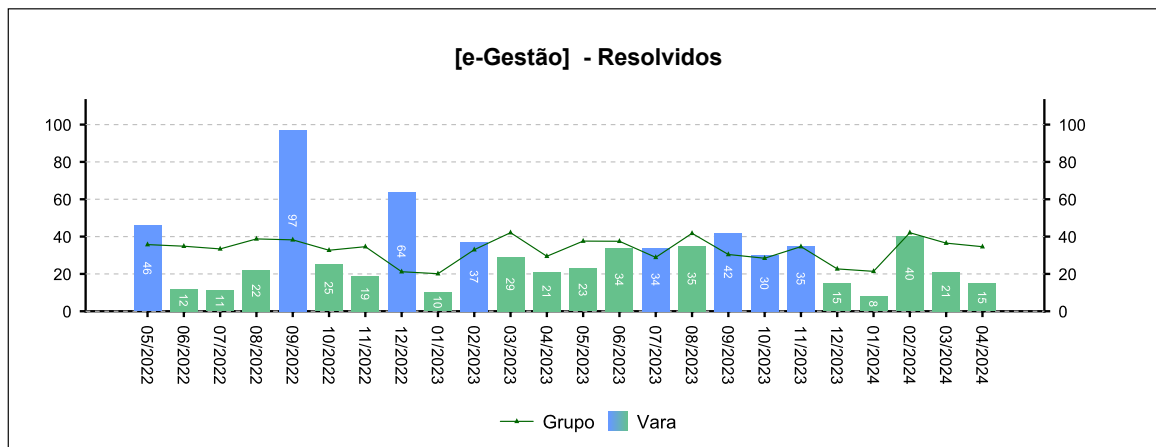
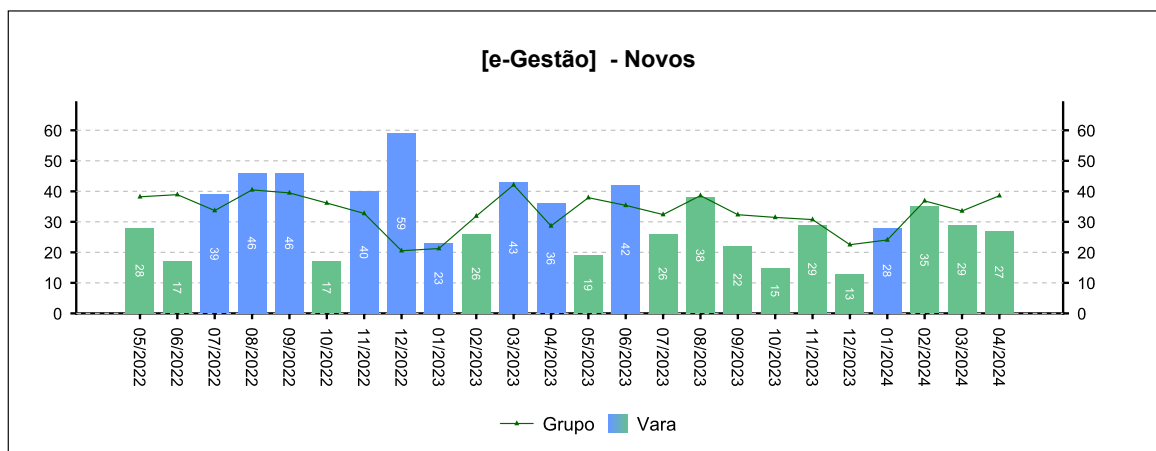
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
262	275	40

Período: 07/2023 a 04/2024

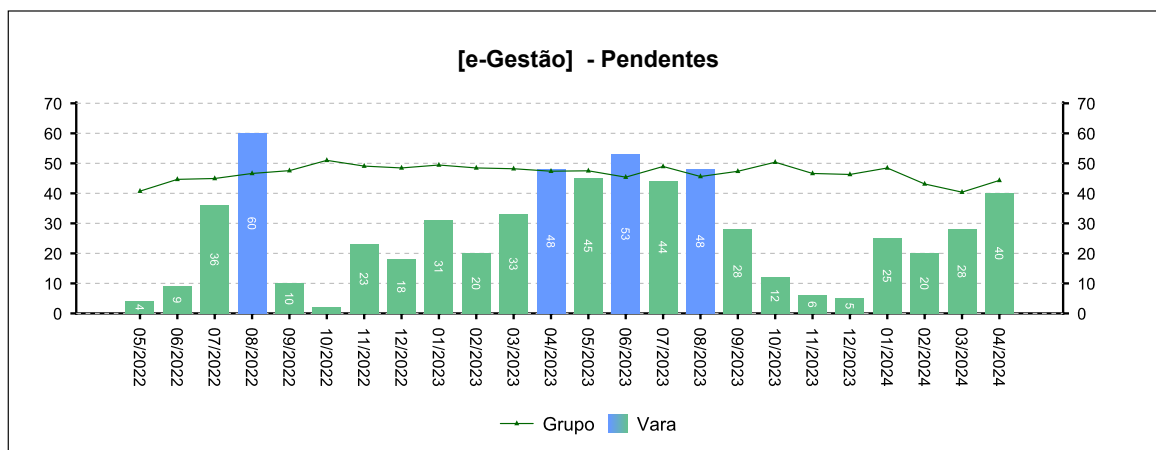




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





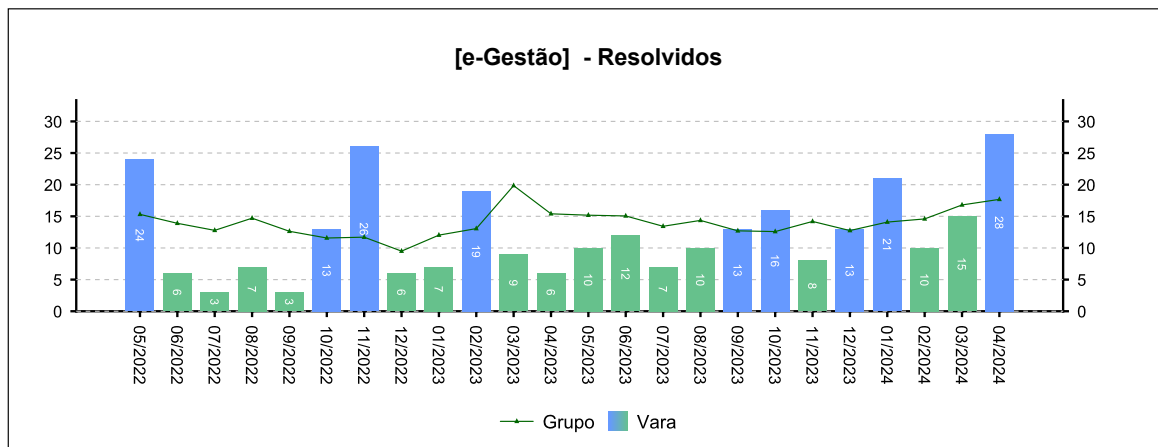
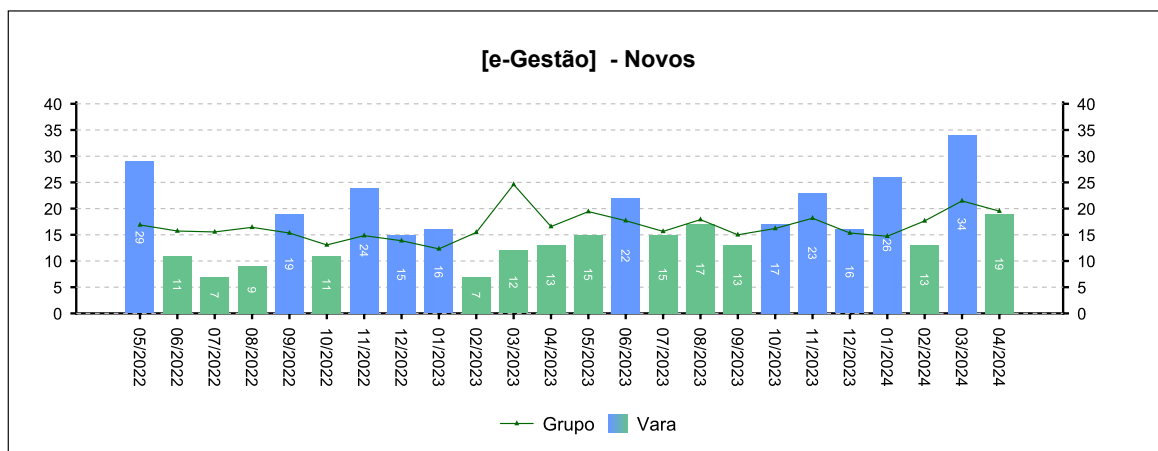
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
193	141	9

Período: 07/2023 a 04/2024

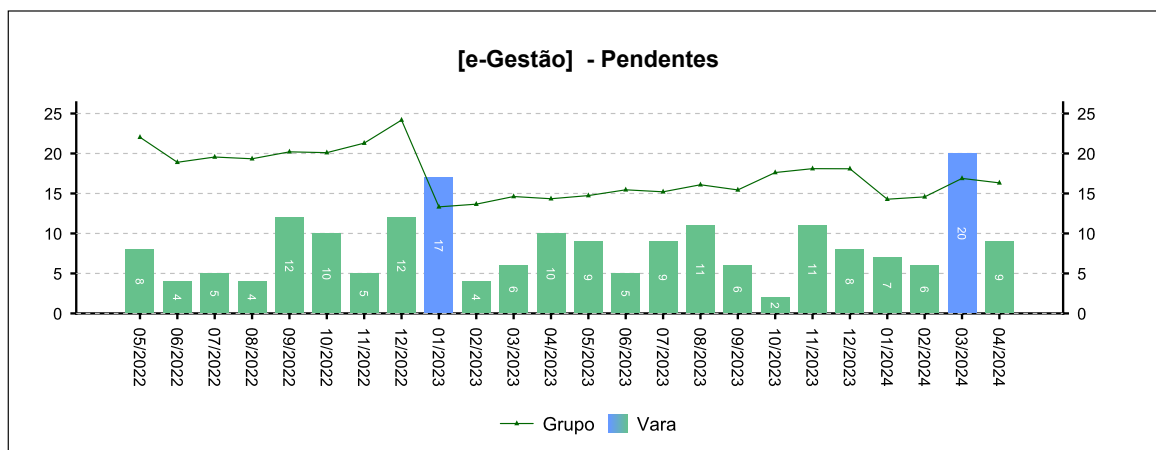




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





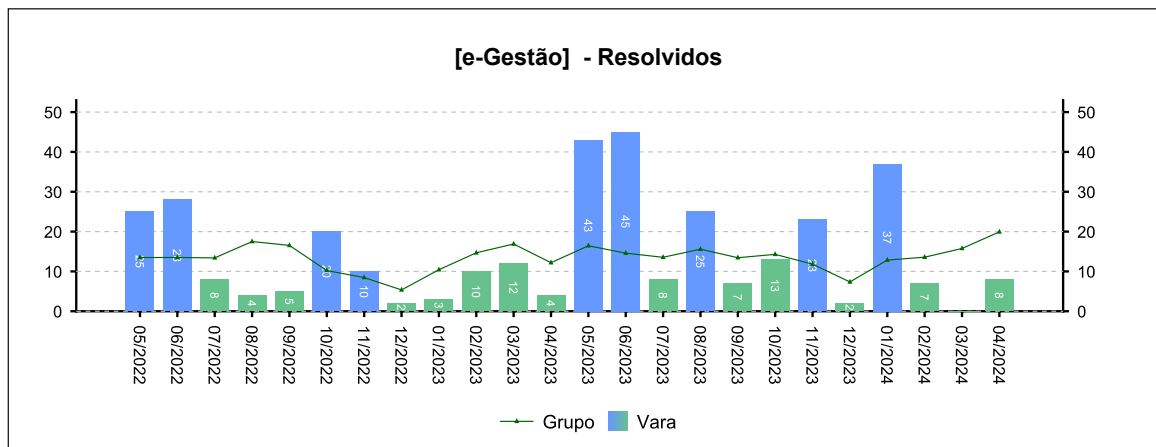
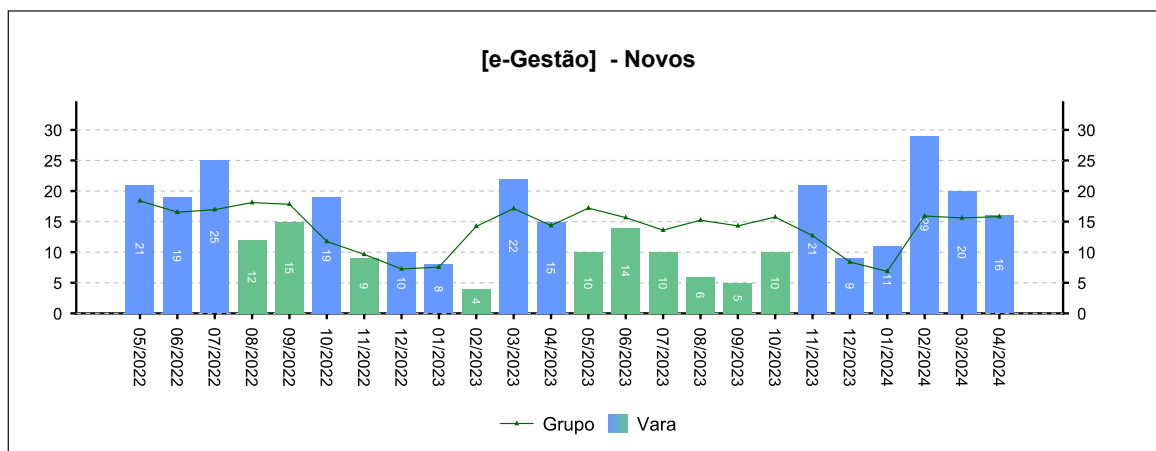
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
137	130	80

Período: 07/2023 a 04/2024

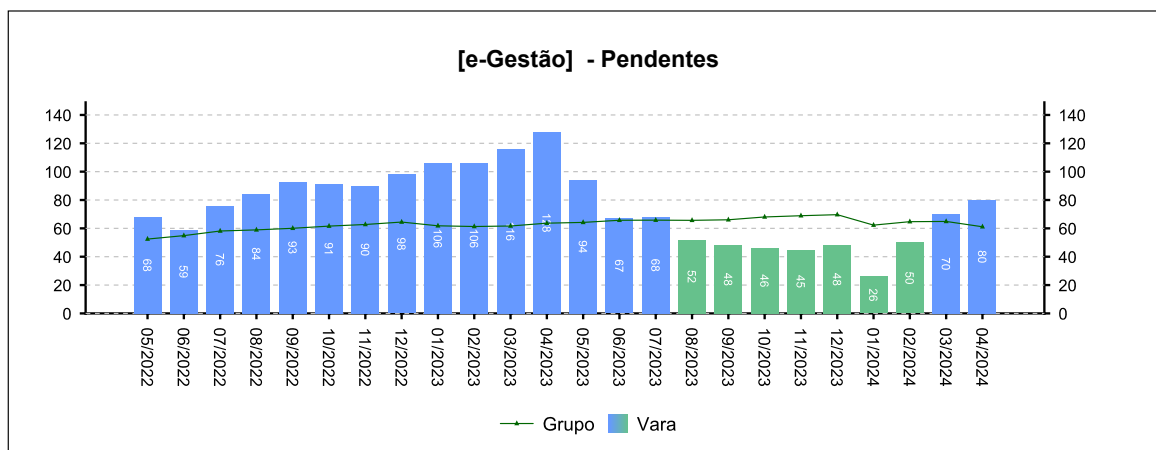




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
592	546	129
Período: 07/2023 a 04/2024		





8 - RECURSOS

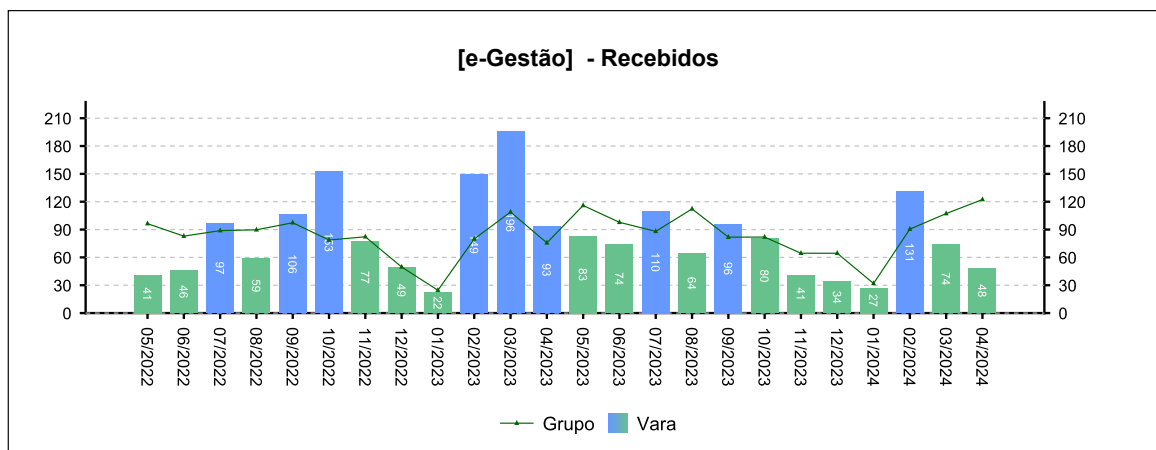
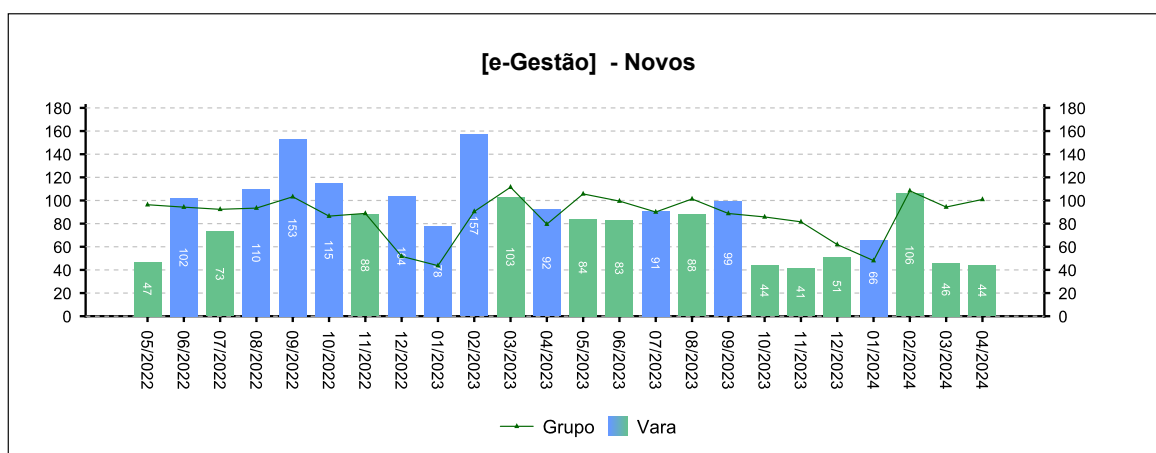
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
676	705	34

Período: 07/2023 a 04/2024

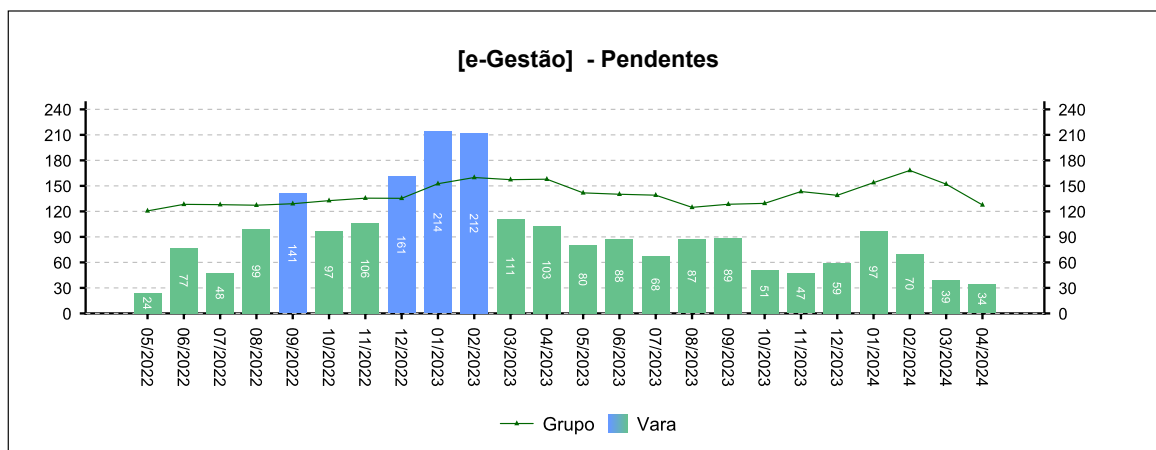




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





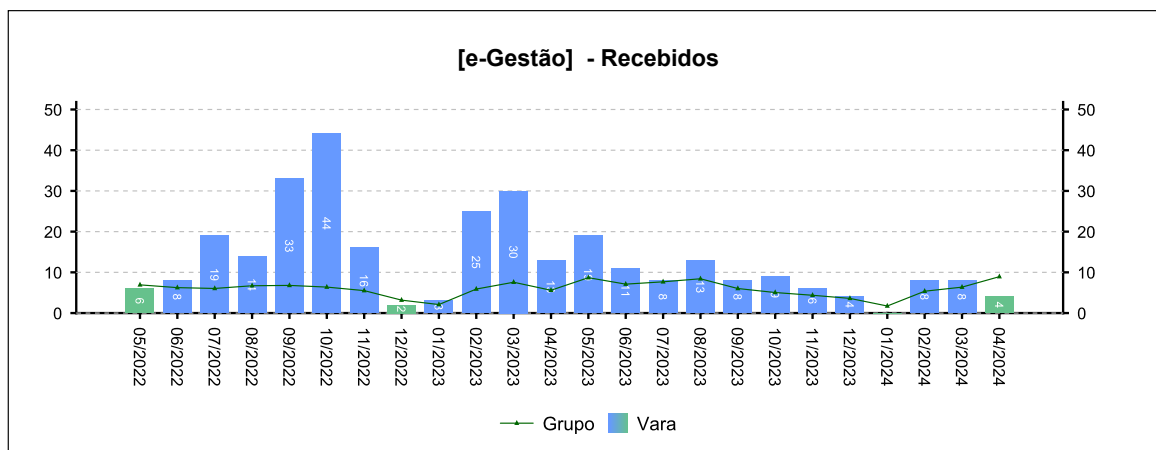
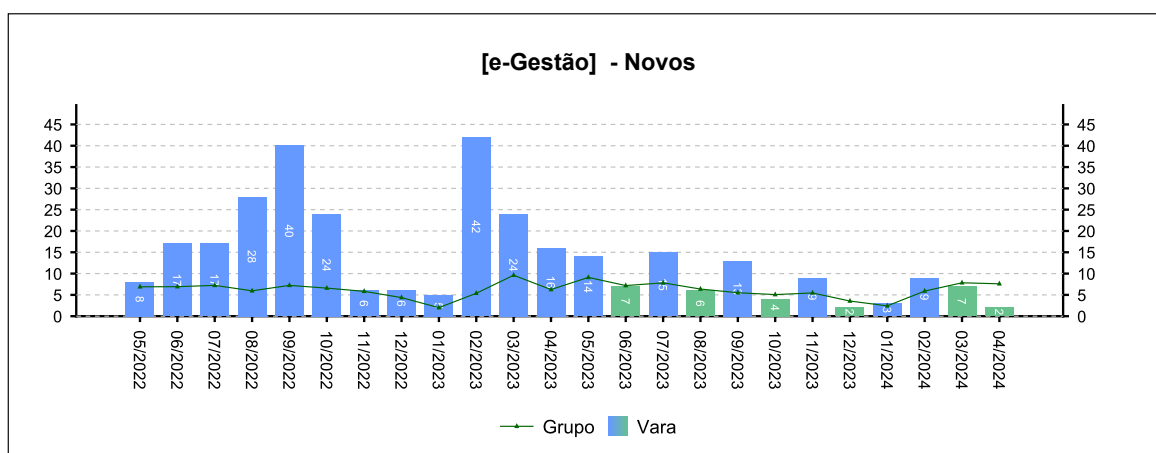
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
70	68	3

Período: 07/2023 a 04/2024

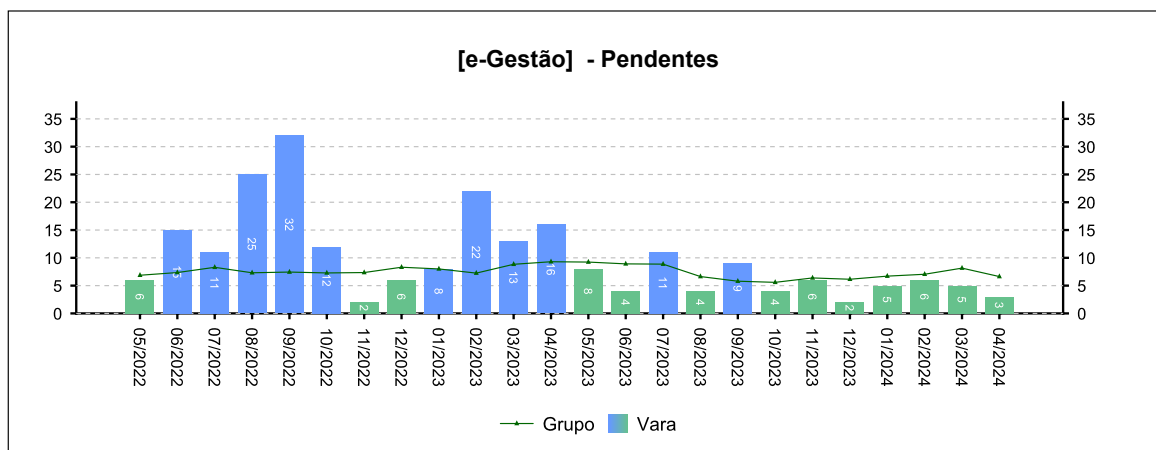




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





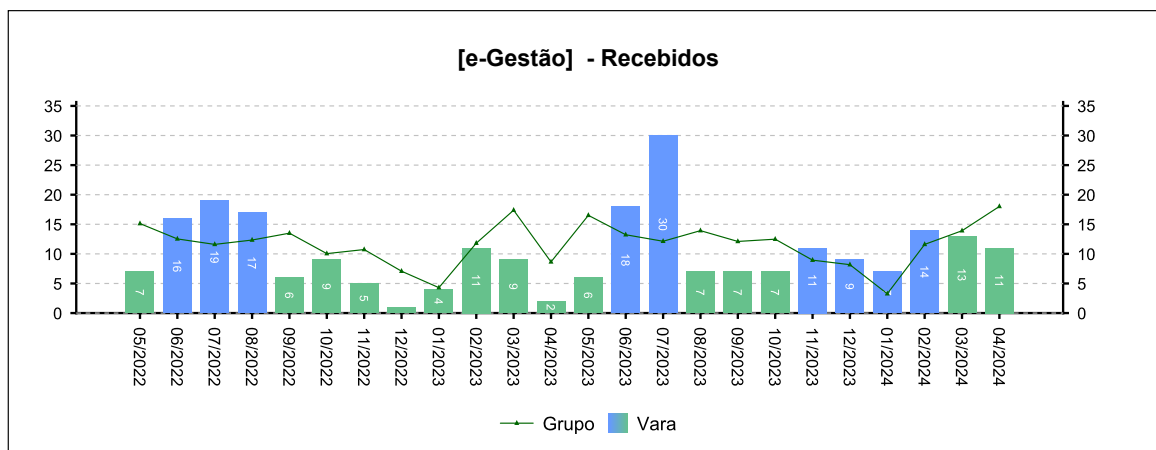
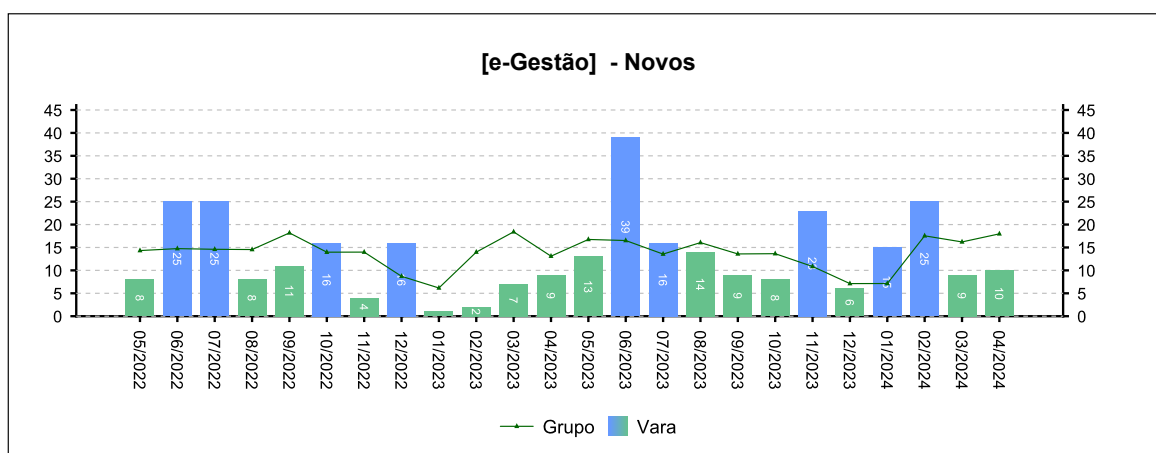
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
135	116	8

Período: 07/2023 a 04/2024

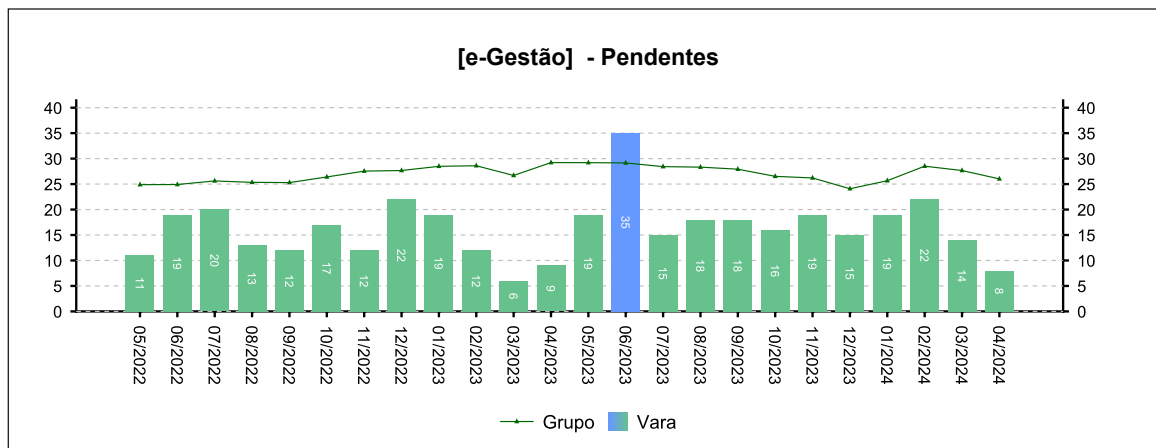




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





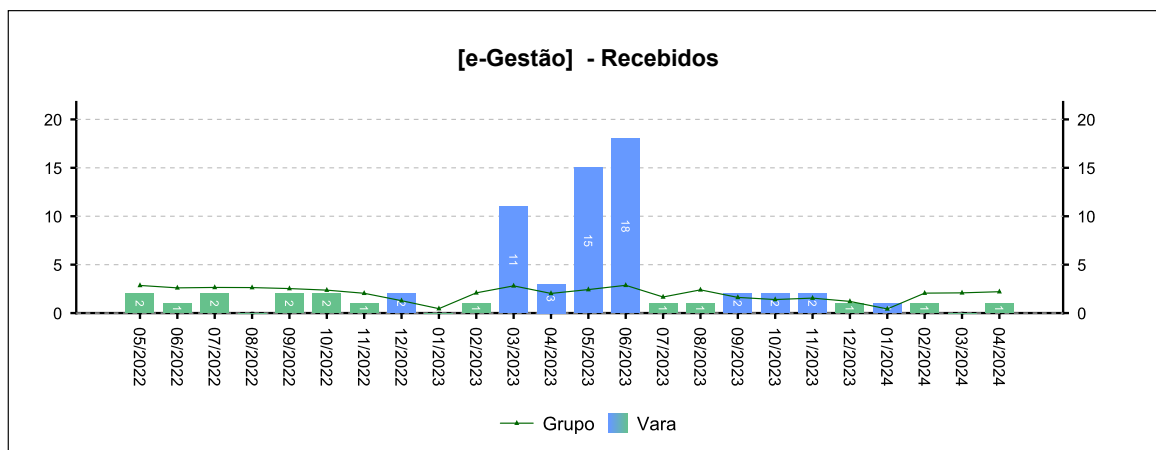
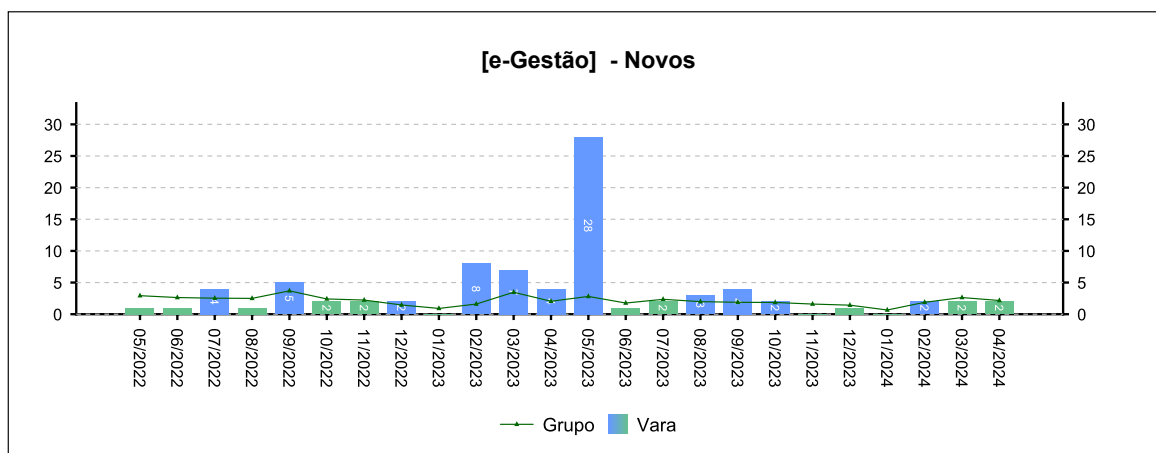
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
18	12	3

Período: 07/2023 a 04/2024

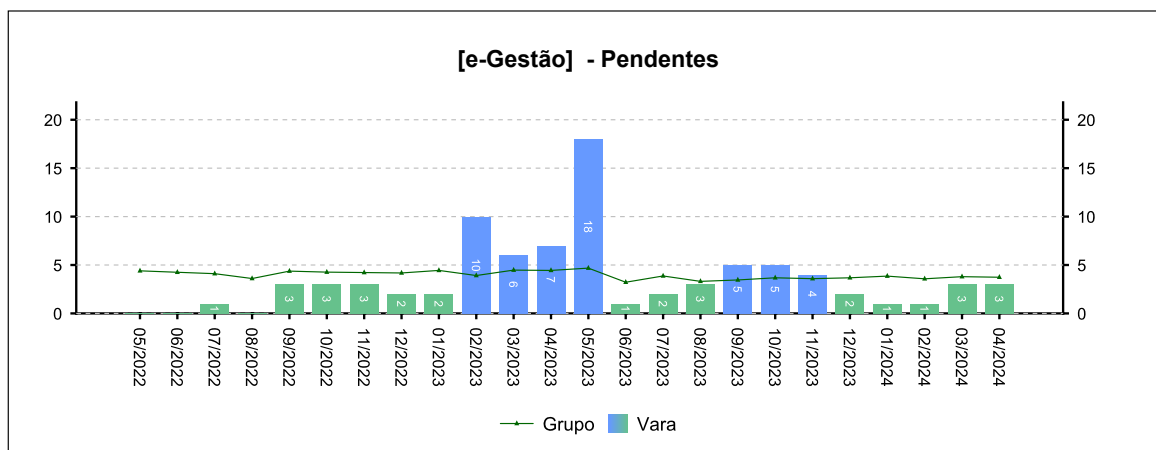




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
899	901	48
Período: 07/2023 a 04/2024		



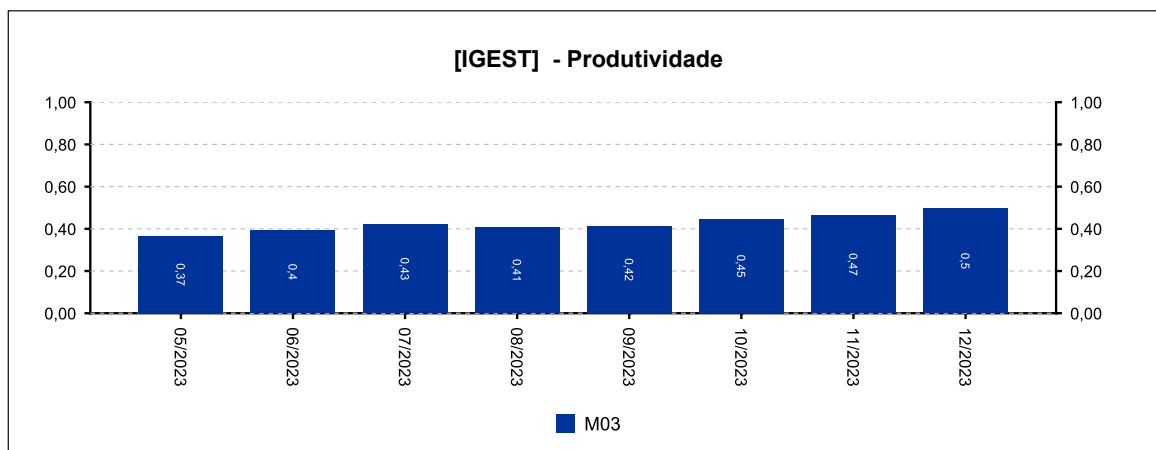
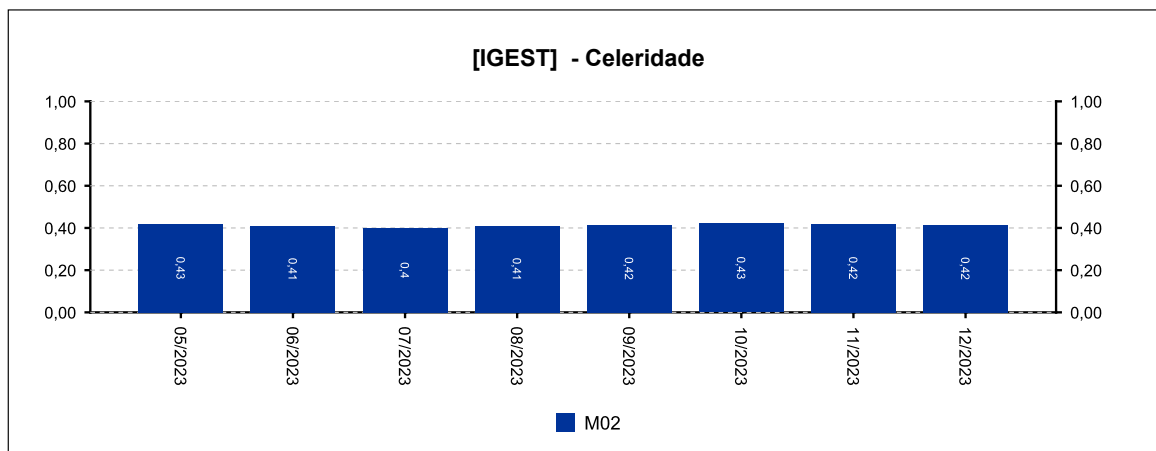
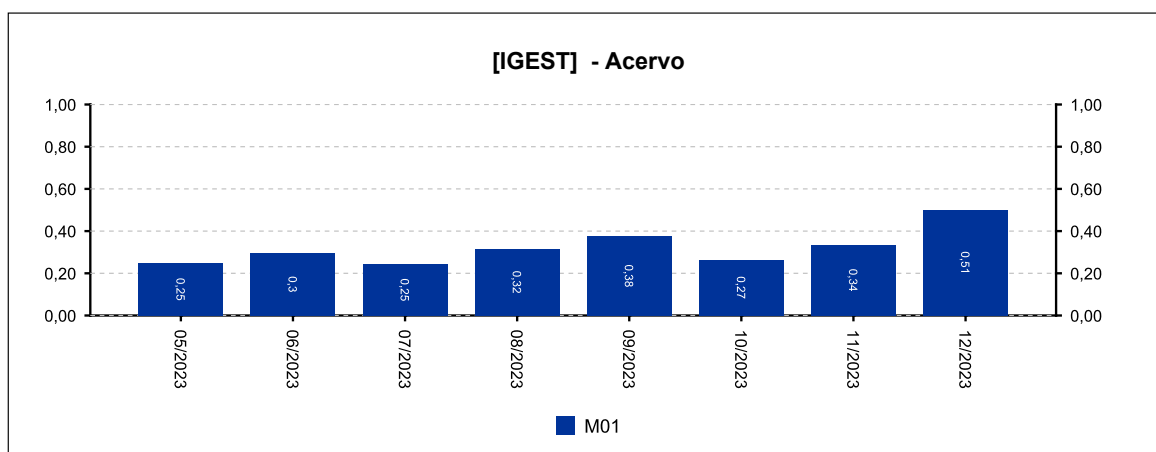


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SinCor - IGEST e Horus - TRT8)

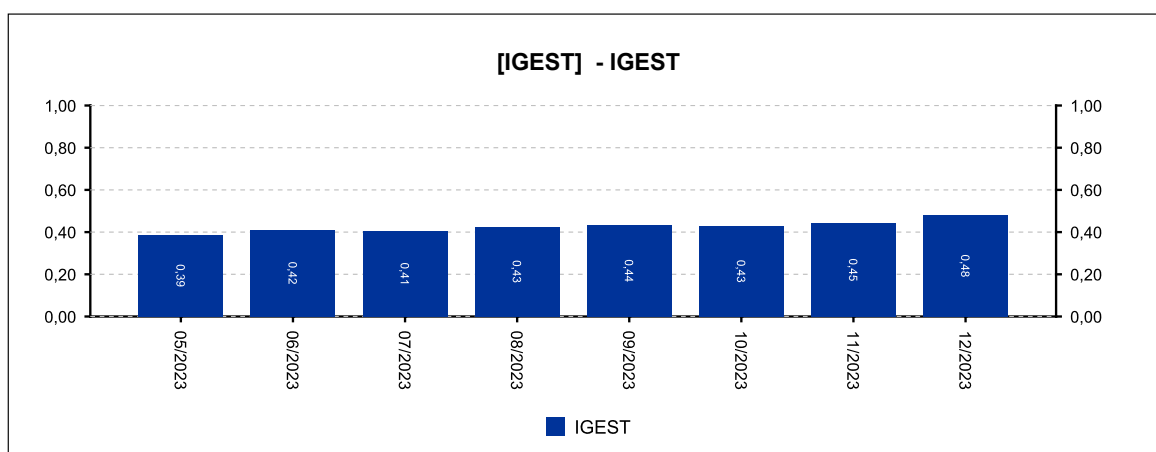
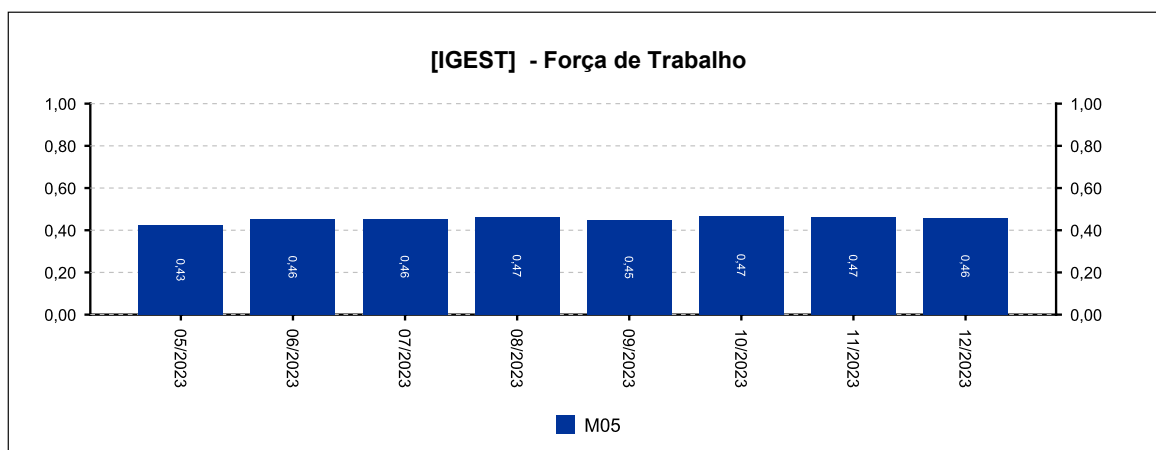
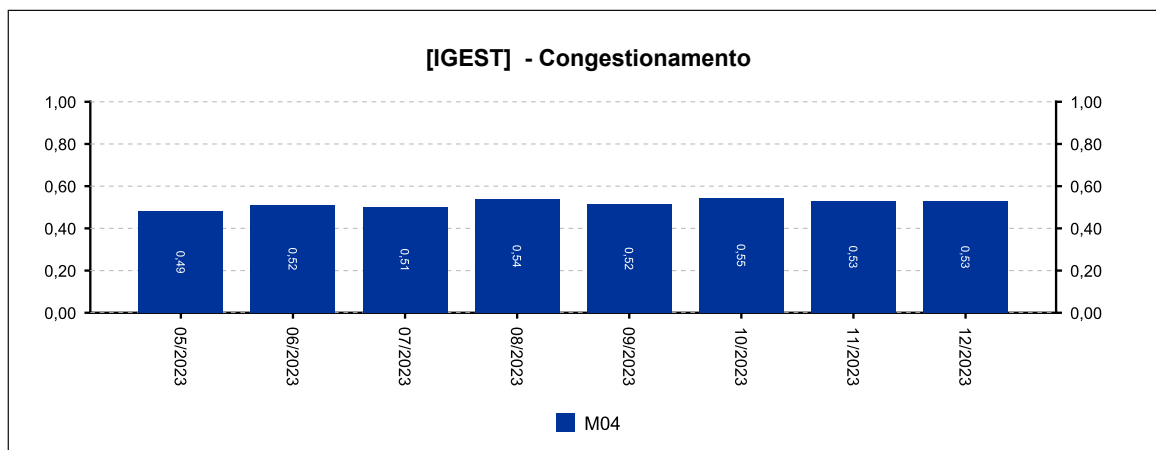
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,2640	0,4205	0,4470	0,5443	0,4683	0,4288
11/2023	0,3351	0,4198	0,4621	0,5293	0,4624	0,4417
12/2023	0,5002	0,4157	0,4957	0,5274	0,4595	0,4797





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SinCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	839	69,9	41,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	694	57,8	34,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.533	127,8	75,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	181	15,1	8,9
Incidentes Processuais Resolvidos	713	59,4	35,0
Dias-Juiz	611	50,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	48.972	60,0	31,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	65.831	80,7	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	114.803	140,7	74,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.418	20,1	10,7
Incidentes Processuais Resolvidos	50.245	61,6	32,8
Dias-Juiz	46.017	56,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	99.505	54,2	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.122	73,1	43,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	233.627	127,2	76,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.194	17,0	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	98.385	53,6	32,0
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

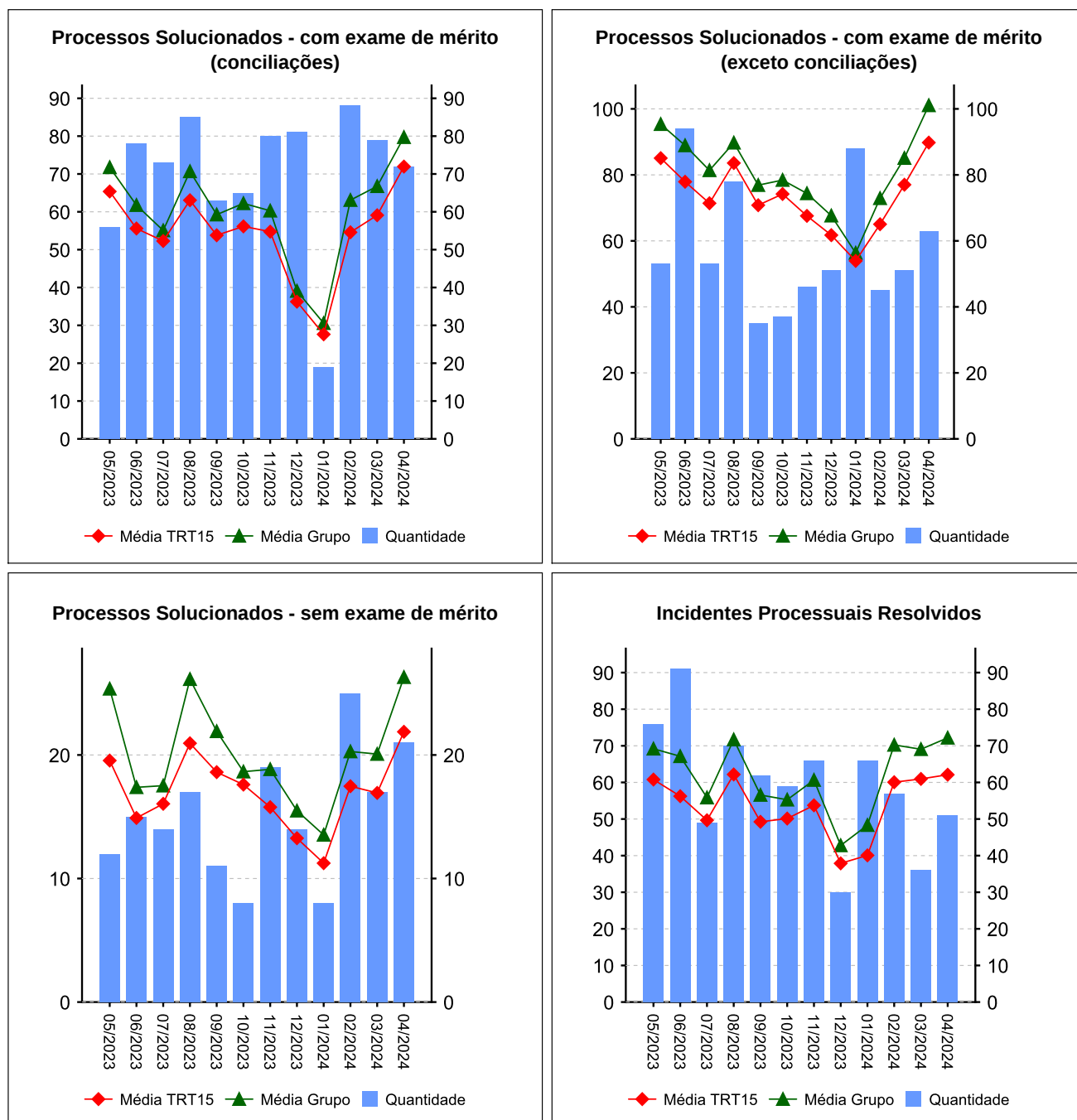
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	968	80,7	47,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	670	55,8	32,9
Sessões de audiência realizadas - una	537	44,8	26,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	25	2,1	1,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	164	13,7	8,1
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.207	100,6	59,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	189	15,8	9,3
Dias-Juiz	611	50,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	46.017	56,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

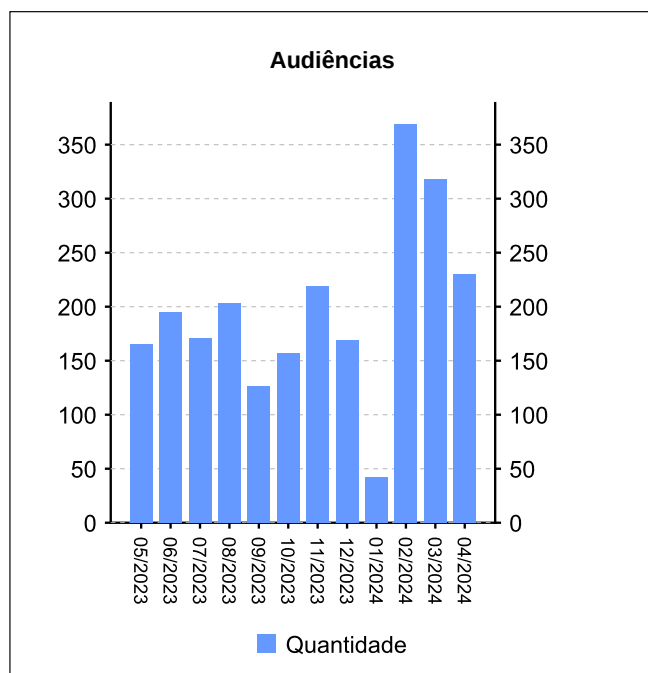




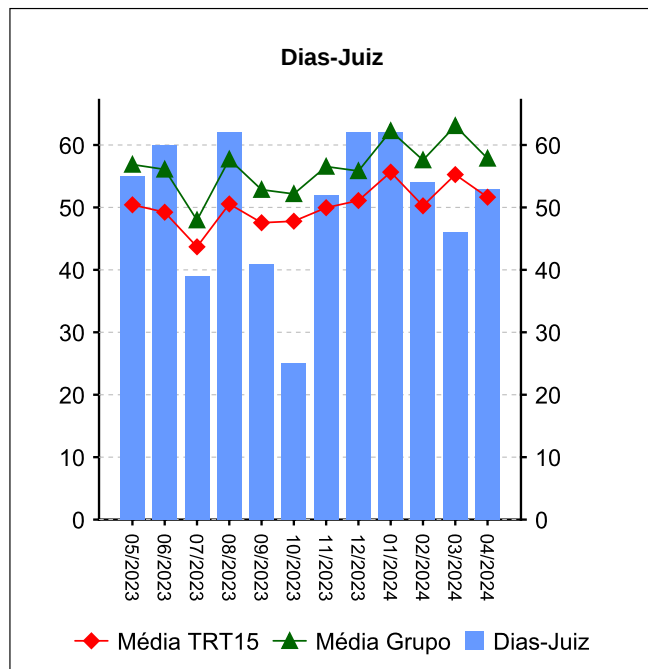
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2023	3	20	41	73	28	165
06/2023	2	3	73	46	71	195
07/2023	3	1	81	63	23	171
08/2023	1	14	53	83	52	203
09/2023	2	13	36	41	34	126
10/2023	4	9	64	57	23	157
11/2023	1	7	82	84	45	219
12/2023	3	27	19	96	24	169
01/2024	1	8	20	2	11	42
02/2024	3	11	239	46	70	369
03/2024	2	30	221	39	26	318
04/2024	0	21	39	40	130	230
Total	25	164	968	670	537	2364



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2023	55
06/2023	60
07/2023	39
08/2023	62
09/2023	41
10/2023	25
11/2023	52
12/2023	62
01/2024	62
02/2024	54
03/2024	46
04/2024	53
Média Mensal	50,9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1676
2022	1681
2023	1879
2024 (*)	727
(*) Período: 01/2021 a 04/2024	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 530.107,56	R\$ 243.521,63	R\$ 2.826.779,91
Período: 07/2023 a 04/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

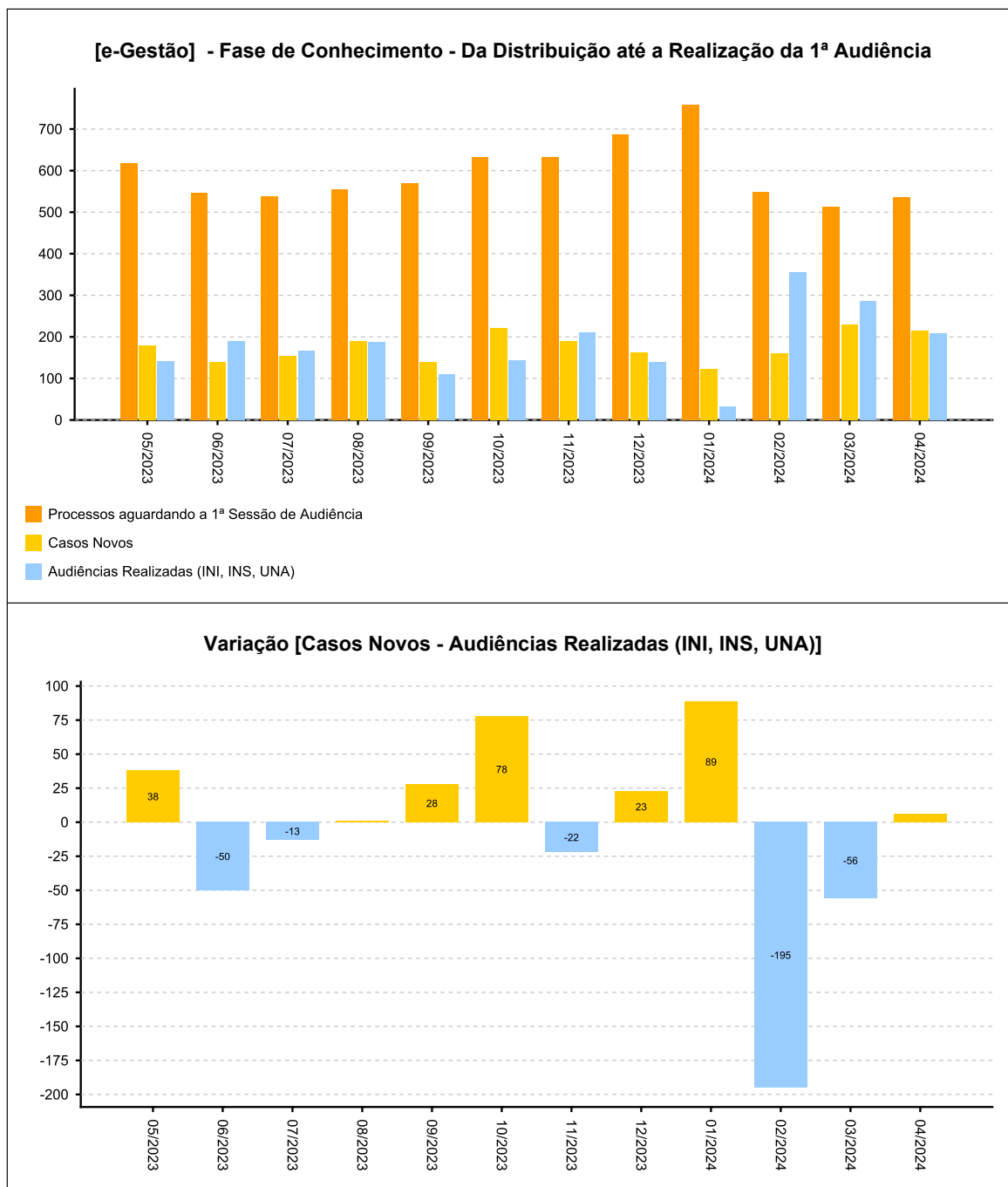
ANO	PROCESSOS
2019	2
2020	2
2021	5
2022	35
2023	697
2024	603
Período: até 04/2024	





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]
(fonte: e-Gestão)

